



O LIVRO
 NO PRINCÍPIO, ERA O CONHECIMENTO
 18ª SEMANA CULTURAL
 UNIVERSIDADE
 DE COIMBRA
 1 DE MARÇO A 1 DE MAIO • 2016

Foto: Rui Reis - Agência Lusa/Contrasto. © Agência Lusa/Contrasto. 1ª, 2ª e 3ª Edição. 1ª Edição: 2008. 2ª Edição: 2010. 3ª Edição: 2012. 4ª Edição: 2014. 5ª Edição: 2016.

WWW.UC.PT / SEMANACULTURAL • AGENDA7-COIMBRA.PT



RUA LARGA

O LIVRO | NO PRINCÍPIO ERA O CONHECIMENTO

REVISTA
DA REITORIA
DA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
NÚMERO 45
MARÇO 2016

18ª SEMANA
CULTURAL
DA UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

PROPRIEDADE
Universidade de Coimbra

DIRETOR
João Gabriel Silva

DIRETORA-ADJUNTA
Clara Almeida Santos

EDITORA
Marta Poiares • rua.larga.uc@gmail.com

DIREÇÃO ARTÍSTICA
António Barros

FOTOGRAFIA
João Armando Ribeiro

INFOGRAFIA
Henrique Patrício
Sara Baptista

PRODUÇÃO
Luísa Lopes

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha, 1
3000-214 COIMBRA • PORTUGAL
Telef./Fax.: 239 247 170
Email: imprensauc@uc.pt

IMPRESSÃO
Gráfica Maia Douro, SA

TIRAGEM
1.700 ex.

ISSN
1 6 4 5 - 7 6 5 x • Anotado no ICS

CAPA
CAA - Centro para os Assuntos da Arte e Arquitectura
Fotografia de João Armando Ribeiro © UC, 2012

www.uc.pt/rualarga
rualarga@uc.pt • Tel. 239 857 000/022

PONTOS DE VENDA
Loja UC
Livraria Virtual: <http://tinyurl.com/potg4o7>



RUA LARGA

EDITORIAL

O tempo dos livros – P.05
João Gabriel Silva

REITORIA EM MOVIMENTO

Escolher o Livro – P.06
Clara Almeida Santos

Desafios, dificuldades e virtualidades do ensino a distância – P.08
Madalena Alarcão

OFICINA DOS SABERES

DOSSIÊ
Sobre o ressurgimento de “Os Lusíadas” – P.11
António Olaio

Verba volant, scripta manent? – P.13
Delfim Leão

Os livros da terra – P.14
Maria da Conceição Lopes e André Tomé

O futuro da língua ou uma língua de futuro – P.17
Carlos Reis

IMPRESSÕES
História do livro – P.18
Ana Maria Leitão Bandeira

RIBALTA
Clube dos Tipos – P.23
Joana Monteiro

Museu, 2001-15 – P.29
Simone Menegoi

CIÊNCIA REFLETIDA
Materialidades da Literatura e o livro como objeto de investigação – P.30
Manuel Portela

AO LARGO

ENTREVISTA
José Augusto Bernardes – P.33
Marta Poiares

RETRATO DE CORPO INTEIRO
João Ramalho Santos – P.42
Marta Poiares

CRÓNICA
S/Título – P.46
Adriana Calcanhotto

O livro que é lido sem nunca ter sido escrito – P.48
Mário Lúcio Sousa

CRIAÇÃO LITERÁRIA
Eusébio Sebastião – P.54
Henrique Madeira

LUGAR DOS LIVROS
Dez tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – P.60
José Augusto Bernardes

Imprensa da Universidade de Coimbra – P.64

APOCALÍPTICOSE INTEGRADOS
Apocalíptico
A edição e o livro – P.72
Elsa Ligeiro

Integrado
Ensaios da Fundação – P.70
António Araújo



o tempo dos livros

Encerradas as comemorações dos 725 anos da Universidade de Coimbra (UC), o início do septingentésimo vigésimo sétimo ano de existência da UC ocorre incontornavelmente sob a influência das reflexões que essa efeméride suscitou. A força delas sente-se com intensidade, tanto mais que a estratégia de futuro que estamos a seguir é construída sobre o legado da nossa longa história. Uma tal longevidade da UC, tão incrivelmente surpreendente para uma forma de organização humana, tem de ter por trás algo de muito fundamental para que, apesar de tanta alteração da forma de organização da sociedade ao longo de sete séculos, esta instituição universitária tenha sido sempre reconhecida como indispensável. Esse algo é o conhecimento, e o seu veículo de eleição é o livro. Naturalmente, um livro sem leitores e, para o caso do conhecimento avançado, sem um professor que ajude a compreendê-lo, é um objeto passivo, que não contribui para nada, para além de ocupar espaço e de poder servir de alimento a algum inseto ou fungo. Mas um livro que não é lido hoje pode sê-lo daqui a um século, e revelar então todo o seu potencial, pois a longevidade dos livros é muito superior à dos seres humanos, em particular à do seu autor, e é capaz de acompanhar, sem desfalecimentos, a vida longa de uma Universidade como a de Coimbra.

Não há universidades sem livros.

O conhecimento novo não surge subitamente, inteiro. Vai sendo construído, burilado, debatido, examinado, contraditado, afinado. Vai passando de mão em mão e de mente em mente, até atingir um estado suficientemente depurado para permitir a escrita de um livro que se possa constituir como uma base sólida para os que forem desbravar os caminhos que se seguem. Os grandes livros concretizam este desiderato que todos perseguem: conter um patamar do conhecimento com uma depuração tal que o conhecimento que se segue é baseado, quase obrigatoriamente, no entendimento que o autor do livro atingiu.

Há livros e livros, portanto. Porque em alguns apenas há páginas preenchidas com texto. Noutros há de facto a reflexão longa e profunda, a refinação e ponderação dos conceitos que mudam o nosso pensamento. E ainda livros com todos os matizes entre estes dois extremos.

O livro é a forma máxima do conhecimento humano. É uma via de eleição para ultrapassarmos a nossa própria finitude. Se não tivessem sido escritas, muitas das ideias profundas de Platão ter-se-iam perdido. As estrofes d'*Os Lusíadas* não fariam parte do nossa cultura, que seria bem mais pobre. A UC seria provavelmente bem diferente se Luís António Verney não tivesse escrito *A verdadeira arte de estudar*. A nossa forma de idealizar o futuro seria outra sem *A Utopia* de Thomas More.

Muitas pessoas afirmam que a internet é o fim do livro. A nova forma de procurar dados que nos disponibiliza, o recurso quase exclusivo dos jovens a fragmentos da internet para obter informação sobre qualquer coisa, as hiperligações e o multimédia, iriam substituir o livro. Acho que se equivocam. Compreendendo as razões da longevidade de uma Universidade como Coimbra, que é o valor central, decisivo, do conhecimento depurado, percebe-se que a avalanche de informação (e o lixo) existente na internet, só torna ainda mais precioso um bom livro, pela qualidade do saber que contém, pelo longo, difícil e profundo processo de reflexão de que resulta.

Aceitando que o livro se mantém, apesar da avalanche da internet, fica ainda a dúvida do formato: *e-book* ou papel? É claro que o *e-book* será cada vez mais importante, mas no meu entendimento o papel manter-se-á o formato de excelência para garantir a longevidade do conhecimento. Aquele livro que for de facto valioso será impresso, mesmo que inicialmente apenas existisse em formato eletrónico. Por muitas razões, das quais destaco uma: a volatilidade dos formatos eletrónicos. Apesar de a informática ter uma existência tão curta, já quase todos nós tivemos a experiência desagradável de não conseguir ler, com os equipamentos atuais, os textos, dados, filmes ou sons gravados há apenas uma ou duas décadas. Qual a probabilidade de os formatos atuais ainda serem legíveis daqui a 725 anos? Os bons livros em bom papel, esses, conseguirão preservar o conhecimento de qualidade que hoje soubermos produzir.

João Gabriel Silva
Reitor da Universidade de Coimbra

escolher o livro

CLARA ALMEIDA SANTOS *

Escolher o livro como tema da Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC) é tremendamente óbvio. É, portanto, a prova de que as coisas mais óbvias também precisam de ser feitas. O interesse (e talvez necessidade) por esta obviedade ficou bem patente no número de propostas que recebemos – do universo UC e de fora dele – para integrar o programa desta 18ª Semana Cultural. Sublinho ainda o profundo compromisso com o tema patente na esmagadora maioria das propostas. Essa é uma das maiores lutas desta programação: manter a coerência apesar da enorme diversidade de iniciativas, da múltipla proveniência das pessoas envolvidas e das áreas em que se propõem trabalhar, da variedade de escalas em que trabalhamos em simultâneo. Isto, claro, para além do desafio de afirmar uma Semana que se desdobra em dois meses porque sete dias, efetivamente, não chegam.

O pretexto para a escolha do Livro e do subtema “No princípio era o conhecimento” radica numa efeméride: celebram-se em 2016 os 300 anos da autorização régia para a construção da Biblioteca Joanina. Uma história pouco conhecida dentro desta história prende-se com as verbas utilizadas para que a biblioteca – na época chamada “Casa da Livraria” – existisse de facto. Apesar de D. João V ter autorizado a construção, depois de o pedido lhe ter sido dirigido pelo então Reitor Nuno da Silva Teles. Não terá sido atribuída nenhuma verba do real erário para levar a cabo esta obra.

Gostamos, como é natural, de efemérides. Numa casa como a UC, assinalar as datas relevantes da nossa história – e são muitas – parece-nos uma forma estimulante de construir as necessárias pontes entre o passado e o futuro. Ou, seguindo o pensamento de Lorde Byron, entender que “o passado é o melhor profeta do futuro”.

Como é evidente, há factos no passado da Universidade que queremos mais proféticos do que outros. Celebrar o livro, usando-o também como metáfora do conhecimento, é claramente escolher uma ponte privilegiada que tem atravessado também o tempo.

Mas há naturalmente um número enorme de iniciativas (ainda não se disse que, ao todo, são mais de 90 eventos que fazem o corpo desta edição da Semana Cultural) que evidentemente não se prendem a nenhuma efeméride, ou não fosse o livro um objeto intemporal. Poder-se-á dizer que há uma história do livro que acompanha a história da humanidade na sua necessidade de registo, sendo a marca que nos separa da pré-história a invenção da escrita, fundamento do livro. Intemporal também porque o seu futuro, por mais desmaterializado que venha a ser, seguramente existe.

Porque escrevo este texto no dia de S. Tomás de Aquino, vou terminando com uma citação deste homem que viveu no século XIII, tempo que foi também o da fundação da UC. Dizia ele: “Temo o homem de um só livro”. Teremos muitos livros nesta 18ª Semana Cultural, isso é certo. Livros de facto, máquinas de os fazer, reinvenções de livros, reflexões sobre o livro ou a propósito de livros, autores de livros, editores de livros, teatro a surgir de livros, música inspirada em livros, dança coreografada em argumentos de livros. Por isso, precisamos de mais do que as páginas desta revista para apresentar o programa completo. Poderá ser consultado em www.uc.pt/semanacultural.

Ou, talvez, num livro perto de si.

* Vice-reitora da Universidade de Coimbra



ON THE PSYCHOLOGY OF MILITARY INCOMPETENCE
Norman F. Dixon

THE EVOLUTION OF USEFUL THINGS HENRY PETROSKI

THE EVOLUTION OF THE HUMAN MIND

THE FOURTH DIMENSION CHRISTA WOLFF

CRETAN PICTURE POSTCARDS
R. C. KENNEDY

VERENA DOHRN REINHELD CALZINI
The Decline of the West
Oswald Spengler

ER-JAHRE DER ENTSCHIEDUNG

THE KING OF THE TWO SEAS RUSSELL

desafios, dificuldades e virtualidades do ensino a distância

MADALENA ALARCÃO *

Apesar do espaço que o virtual ocupa, hoje em dia, na nossa vida, a presença física continua a ser uma condição muito relevante em todos os processos comunicacionais. Basicamente porque facilita a comunicação funcional, isto é, aquela que une os comunicantes.

A importância do encontro presencial está fortemente associada ao valor da comunicação não-verbal e para-verbal. Com efeito, se os conteúdos são fundamentais para *aquilo* que queremos comunicar, o tom de voz, a cadência do discurso, o olhar, a mímica e a postura corporal dão informação adicional muito relevante para a compreensão desse conteúdo e para a gestão da relação. Em muitos aspetos, a comunicação analógica é já uma metacomunicação.

As limitações à comunicação síncrona e a ausência de contacto presencial são duas importantes razões para que a adesão a um projeto de ensino a distância coloque muitas dúvidas a docentes e estudantes. Existe uma ideia generalizada de que, no ensino presencial, a disponibilidade do docente é maior e de que aí se aprende *mais e melhor*. O controlo parece mais fácil e verdadeiro na presença física do *outro*, pelo que a fiabilidade da avaliação daquilo que o estudante realmente sabe e pode vir a construir parece reforçada quando existem horas de contacto coletivo presencial.

Um ensino de qualidade exige que o docente, para além de transmitir o conhecimento existente numa determinada área de saber, ajude o aluno a desenvolver a sua capacidade de reflexão crítica, curiosidade científica e aptidão para identificar problemas e soluções. Um ensino universitário de qualidade deve preparar o estudante para a aplicação do(s) conhecimento(s) que assimilou e para a investigação e produção de conhecimento avançado. Embora estes objetivos sejam fáceis de formular, exigem trabalho, empenho, envolvimento e compromisso por parte de estudantes e docentes.

A autorregulação é fundamental no processo de aprendizagem pois promove a autonomia do aprendiz, a sua perceção de controlo e de autoeficácia. Sabemos como esta última é fundamental para um envolvimento forte e positivo com a atividade em que se está envolvido. O ensino deve, portanto, criar condições para que o

estudante possa ter *feedback* regular sobre as suas aprendizagens e para que possa utilizar essa informação na organização e implementação do seu estudo, investigação e realização de trabalhos/provas escritos e orais. Para que este *feedback* seja verdadeiramente útil é fundamental que o docente não se limite a fazer uma avaliação quantitativa da prestação (escrita e oral) do estudante mas que o informe acerca dos conteúdos que ele apreendeu corretamente e daqueles que exigem maior estudo, acerca da resolução de problemas que evidenciam uma (in)adequada aplicação e transferência de conhecimentos e das reflexões que revelam autonomia e maturidade.

A produção deste *feedback* por parte dos docentes e a sua utilização por parte dos estudantes cria obrigações mútuas (não pode dar-se *feedback* sobre uma interação/prestação que não existe mas também é necessário que a informação devolvida ao estudante lhe permita perceber *o que e como* pode melhorar). Mas também gera interações muito interessantes e gratificantes (percebe-se melhor *quais as* aprendizagens mais dificilmente realizadas e experimenta-se a eficácia de diferentes estratégias).

Este tipo de interação supõe um envolvimento docente-estudante muito grande e continuado no tempo, dificilmente compatível com um estudo e uma avaliação que apenas se faz no fim do semestre. No ensino a distância, a proximidade não é potenciada pelo olhar, pela postura ou pelo tom de voz. O conteúdo da comunicação torna-se ainda mais relevante e a proximidade é tecida por um permanente *feedback* entre docentes e estudantes, retroação que não só guia os alunos no seu processo de aprendizagem como ajuda a criar uma verdadeira comunidade de aprendizagem. A manutenção da motivação constrói-se a partir de mensagens de incentivo, que reforçam a capacidade do estudante para atingir os objetivos definidos e para desenvolver as competências esperadas, e pela apresentação sequenciada de novas oportunidades de aprendizagem que respondam às necessidades do aluno e alimentem a sua apetência pelo saber. O *feedback* é, portanto, contínuo e multidirecional, ainda que a díade estudante-docente assumam uma dimensão relevante.

Ser-se docente a distância é muito exigente, sobretudo pela necessidade de uma *presença* quase diária, e fisicamente distante, junto de cada estudante. Mas é uma experiência que pode enriquecer muito a docência presencial, seja pela planificação, organização e antecipação que exige, seja pela diversidade de recursos que potencia (assíncronos e síncronos), seja, ainda, pela dimensão fortemente colaborativa que assume. Um dos desafios da docência a distância consiste na capacidade de perceber sinais de desalento, incompreensão, dúvida... na ausência de uma comunicação (a não verbal) que é, a esse nível, muito mais eficaz do que a comunicação verbal. Outro desafio prende-se com a necessidade de apoiar estudantes que, só muito raramente, se dedicam à formação em tempo integral. Geralmente são pessoas que trabalham e que encontram, no ensino a distância, a possibilidade de conciliar trabalho e estudo.

Contrariamente ao que pode imaginar-se, uma boa experiência de ensino a distância pode captar estudantes para formações presenciais. E a oportunidade de docência a distância pode enriquecer as estratégias de ensino presencial. Há dimensões da aprendizagem que não dispensam a presença física: a aprendizagem laboratorial, a observação direta, a supervisão clínica, o treino da oralidade. Nestes casos, o ensino misto, a distância e presencial, pode ser uma alternativa interessante.

Para ser-se um bom docente, não basta ter-se sido aluno. Mas para ser-se docente à distância de um clique é fundamental ter-se tido uma experiência de aprendizagem a distância. Fundamentalmente porque os ritmos são completamente distintos, sejam os da

relação, sejam os da aprendizagem, e porque a representação do *quanto* pode aprender-se num processo mediado pelo virtual está muito enviesado por séculos de ensino presencial.

Para ser-se um bom docente, no ensino presencial ou a distância, é preciso saber-se muito mais do que aquilo que, em cada momento, se ensina. É fundamental ter-se paixão pelo conhecimento e pela própria atividade de ensinar. Mas é também muito importante gerar-se cumplicidade com os alunos na busca do saber. Cada comunidade de aprendizagem tem especificidades próprias, o que obriga o docente a criar propostas de aprendizagem diferentes para turmas/anos distintos. Mas é também isso que torna o ensino tão interessante e desafiante. A presença de estudantes de várias nacionalidades, com ideais, valores, histórias e hábitos distintos, desafia a comunidade de aprendizagem nas dimensões da integração e coesão e estimula-a na reflexão sobre a adequação dos modelos de compreensão da realidade e intervenção em espaços geográficos e culturais diferentes.

Seja para experimentar novas estratégias de ensino, para conhecer novos recursos pedagógicos, para partilhar boas práticas, para refletir sobre dificuldades particulares, muitos docentes, na Universidade de Coimbra, desejam, hoje, usufruir de espaços de formação. Estamos a preparar diversos temas e possibilidades de formação, seja a distância, seja em regime presencial ou misto.

* Vice-reitora da Universidade de Coimbra



☞ Canto Seifto.

NAM fabia em que modo festejaffe 1
O Rey Pagão os fortes nauegantes,
Pera que as amizades alcançaffe
Do Rey Christão, das gentes tão possantes:
Pesalhe que tão longe o apoufentaffe
Das Europeas terras abundantes,
Aventura, que namno fez vizinho
Donde Hercules ao mar abriu o caminho.

Com jogos, danças, & outras alegrias 2
Asegundo a policia Melindana,
Com vsadas & ledas pescarias
Com que a Lageia Antonio alegre & engana:
Este famoso Rey todos os dias
Festeja a companhia Lusitana,
Com banquetes, manjares defufados
Com frutas, aues, carnes, & pescados.

Mas

Sobre o ressurgimento de

Os Lusíadas

ANTÓNIO OLAIO *

O Colégio das Artes da Universidade de Coimbra (UC) tem como primeiro e emblemático momento da sua participação na XVIII Semana Cultural da UC a edição de *Os Lusíadas*.

Dizer “a edição” e não “uma edição” é um lapso intencional. De facto, trata-se de “uma edição”, como será óbvio, mas “uma edição” que nasce de um jogo conceptual que procura uma relação com este livro como se de um ressurgimento se tratasse.

Desde logo, a opção por fazer uma edição sem ilustrações sublinha o foco no próprio livro.

A expectativa em relação a um lugar que trata sobretudo das práticas artísticas levaria a crer que seria na imagem que se apostaria ao editar um livro como *Os Lusíadas*. E de facto é da imagem, do poder metafórico da imagem, que surge a ideia de editarmos *Os Lusíadas*. E encontrámos a melhor forma de o fazer na ausência de quaisquer ilustrações.

Os Lusíadas, enquanto imagem, é um livro, não propriamente um livro que queremos ressuscitar, mas um livro que queremos fazer ressurgir. É pela tipografia que o fazemos, e pelas outras coisas que fazem de um livro, um livro; e, aqui, pelo que faz de *Os Lusíadas* o livro que é.

Pedimos à equipa da FBA, que nos ajudasse a realizar este nosso propósito, fazendo o que faz melhor. Fazendo um livro. Um livro que é *Os Lusíadas*, mesmo. Não se trata aqui de uma mera procura de atualização estética, de trazer uma nova imagem a *Os Lusíadas* como se este livro precisasse dela. Nem de o redesenhar como quem o restaura. Mas, sim, de fazer livro a relação que temos com ele, de a tornar presente, de a tornar material. Os fac-símiles nunca o conseguem fazer. O livro tem de ser reescrito, escrito outra vez, para se tornar presente. Reescrito não propriamente por um autor – por outro autor, como o Pierre Ménard do Borges com o *Dom Quixote* –, mas sim pelo tipógrafo, o tipógrafo que toma o lugar do tipógrafo original. Escrito com a mesma grafia, como se o próprio Camões agora procurasse não uma segunda edição, mas uma nova primeira edição. Como se pudéssemos voltar ao princípio do livro, não propriamente ao início, mas ao seu princípio, no sentido da sua génese e da sua integridade.

* Diretor do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra



Verba volant, scripta manent?

DELFINO F. LEÃO *

Partindo do feliz tema da 18ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC) – “O livro: no princípio, era o conhecimento” –, a Imprensa da UC, na qualidade de mais antiga editora universitária lusófona em atividade, promove um Encontro Internacional de Editoras Académicas, a realizar nos dias 14 e 15 de abril de 2016. Tomando por mote a conhecida expressão *Verba volant, scripta manent* (‘As palavras voam, os escritos permanecem’), o encontro começa por sugerir uma reflexão sobre a pertinência atual deste antigo adágio latino, que dava prioridade na fixação do conhecimento à palavra escrita. Embora este aforismo apareça geralmente ligado a conotações positivas como a estabilidade e a permanência da informação, comporta igualmente em si uma advertência sobre os limites do que pode ser simplesmente dito (e portanto varrido pelo vento, de maneira mais ou menos inconsequente) e daquilo a que deve ser conferida a solenidade da gravação em palavra escrita, assegurando assim que pode perdurar e ser lido mais tarde, com a responsabilização que daí decorre, para quem escreve, para quem lê e para quem interpreta. Numa época em que o registo de dados em suporte áudio e vídeo se generalizou de forma galopante, pareceria, no mínimo, despropositado e imprudente sustentar que os textos escritos são mais importantes do que aquele tipo de registos de comunicações orais. Mostram-no, à saciedade, os milhões de documentos existentes na *internet* e o uso constante que deles fazemos na nossa atividade diária, seja por motivações profissionais ou por simples lazer. Ainda assim, apenas o juízo do tempo (essa velha entidade censória que parece estar condenada a desaparecer por imposição do ritmo frenético em que vivemos) poderá demonstrar se esses documentos terão ou não maior ou

pelo menos idêntica capacidade para perdurar, quando comparados com os textos escritos, em especial os que se exprimem através da forma nobre do livro impresso.

E se esta dúvida se afigura razoável quando aplicada a qualquer registo de informação, mais ainda o será no caso concreto do universo editorial, domínio em que o velho provérbio latino parece continuar a resistir e teima, por isso, em manter-se funcional e operativo.

Neste Encontro Internacional de Editoras Académicas, pretende-se assim estimular a reflexão sobre a maneira como realidades emergentes relativas à produção, ao suporte material, à disseminação e preservação do conhecimento afetam a atividade das editoras académicas e devem motivá-las a desenvolver estratégias comuns de afirmação, com especial destaque para o universo lusófono (e também iberolatinoamericano), enquanto expressão de uma língua com dimensão científica e cultural internacional. Tratando-se de uma organização da Imprensa da Universidade de Coimbra (IUC) que beneficia do apoio preferencial da 18ª Semana Cultural da UC, é uma iniciativa mais ampla, que conta com a parceria direta da Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior (APEES), da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Editora da Universidade Aberta. O programa sai reforçado ainda pela participação de representantes institucionais da Asociación de Editores Universitarios de América Latina y el Caribe (EULAC), da Unión de Editoriales Universitarias Españolas (UNE), e finalmente da Thomson Reuters, que assegura uma oficina sobre boas práticas editoriais, direcionada para a internacionalização.

Estando a UC estrategicamente empenhada em afirmar-se como instituição de referência global e sendo a IUC a mais antiga editora académica lusófona, daí decorre naturalmente que seja também maior a responsabilidade para desenvolver dinâmicas de inovação e estimular práticas de colaboração eficaz entre instituições parceiras. Os tópicos escolhidos para nortear a reflexão ao longo do encontro organizam-se precisamente à volta desse desígnio de afirmação científica e cultural: publicação e impacto do conhecimento; avaliação e validação do conhecimento; publicação, armazenamento e preservação do conhecimento. No conjunto, estas abordagens procuram construir uma resposta multifacetada à grande questão que subjaz a esta iniciativa: o desenvolvimento de uma estratégia comum para a publicação académica lusófona. O tema e a metodologia estão identificados. Sejamos nós capazes de dar-lhes um tratamento coeso, determinado e consequente.

* Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra

Os livros da terra

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES *

ANDRÉ TOMÉ *

Há mais de cinco mil anos, a suma sacerdotisa de Ur decidiu escrever as histórias de Innana, deusa maior do panteão mesopotâmico, ordenando que fossem distribuídas pelas várias urbes do novo império Sargónico. Enheduanna é uma das primeiras mulheres na história de que conhecemos o nome. Os poemas que terá decidido gravar no barro terão sido dos primeiros a ser escritos para sobreviver ao tempo, enterrados até há poucas décadas sobre a mesma terra que lhes deu corpo. Neles, mais do que uma apologia a Innana, chega-nos um retrato do mundo através da Palavra, o signo que fixa e resiste à transitoriedade do mundo natural. Neste longo périplo através do tempo, a escrita e o livro terão sido a mais humana das invenções e, talvez por isso, aquela que até aqui melhor lhe resiste. Através dele preserva-se a memória, ao mesmo tempo que a estendemos, recriando-a, por vezes, com a imaginação, como dizia Borges. É essa memória que permite guardar parte das águas que vão correndo nos rios, as coisas irrepitíveis que nos ficam de uma realidade em permanente mutação. Mas nem tudo se guarda ou sobrevive. A do tempo mais distante só nos deixa rastros, evidências de um abandono, rastros que permitem descobrir onde o homem esteve, e como esteve (Alarcão 2000). São estes rastros que, hoje, a Arqueologia e outras ciências do passado procuram discernir na terra. Resgatá-los assemelha-se à leitura de um livro, de um documento, que nos fala. Nesse livro de pó e argila é possível encontrar um conteúdo fértil e germinador, o livro da história da Humanidade antes da existência da escrita; os objetos sem os quais o Homem não tem existência, que outrora se imprimiram na terra. A semelhança não é apenas metafórica. O ato de ler e o de escavar a terra situam-se na mesma dimensão operatória. Ambos os procedimentos decifram o conhecimento através de um código, tantas vezes indecifrável. Ambos procuram interpretar e dar sentido a um contexto. Nesse encontro estão também, e sobretudo, as histórias ou estórias, aquilo que realmente se procura quando se lê ou se abre a terra.

Desconhecemos se Enneduana, a sacerdotisa de Uruk que gravou os seus cânticos à deusa Inanna sob forma de escrita na argila, terá imaginado que a sua memória e a gravação desses hinos desafiariam mais de cinco mil anos de tempo. Todavia, nesse ato irrepitível e de longínqua antiguidade, celebrou-se, porventura pela primeira vez, esse fértil encontro entre as memórias dos homens, e as histórias inventadas dos deuses, sobre a forma de Livro que a Arqueologia permitiu resgatar.

É invocando estes encontros, com os olhos postos naquilo que nos conta História, que convocamos os homens e mulheres do presente a encontrarem-se com livros da terra, com memórias que nela se escreveram e que hoje podem ser lidas. Apresentam-se não apenas os sítios, os rastros visíveis de uma passagem humana, mas o cruzamento entre a escrita e a arte, o quotidiano de todas as eras e lugares, e o olhar do homem que o cumpre e observa. Entre a arte e a escrita do tempo, serão poucas as diferenças. Seja porque a arte é o duro trabalho da nossa alma (Chafes 2012), e todos os objetos, até os mais corriqueiros, como um pequeno fragmento de uma ânfora romana, estão carregados de alma, ou porque ambas traduzem a tensão latente entre um Homem que se vê finito mas procura insistentemente alcançar a transcendência. Partindo dessa procura e na base destes encontros, pretendemos que nos *Livros da Terra* possam dialogar arqueólogos, historiadores de arte, escritores e artistas plásticos, e assim dar voz ao tempo que se escreveu, e a quem o escreve e interpreta nos dias de hoje.

ALARCÃO, Jorge (2000). *A Escrita do Tempo e a sua Verdade*, Lisboa, Quarteto.

CHAFES, Rui (2012). *Entre o céu e a terra*, Lisboa, Documenta.

* Professora Auxiliar do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

** Investigador do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra

... ΖΕΝ ΛΗΝΗΝ ΤΡΟΜΝΙΑ Μ
 ... ΕΙ ΚΥΡΙΔΕΛΕΓΧΕΤΑ
 ... ΤΕΝΕΥΝΟΥΤΕ
 ... ΖΕΖΕΝΟΘΗΕΒΟΤΩΝΝΕΥΧ
 ... ΤΗΝ ΖΕΤΛΗΝΙ ΖΑΠ
 ... ΕΒΟΛΩ ... ΝΟΥΤ
 ... ΕΡΕΠΙΩΝ ΤΩ
 ... ΤΟ ΤΕΙ ΚΥΡΙΤ
 ... ΟΥΡΑΩ ΕΣΤΩ
 ... ΑΛΤΑΠ
 ... ΤΑ ΘΕΝ ΤΩ
 ... ΤΕΛΗΕΤΕ ΤΗ ΠΠΗ ΤΕ ΜΦΙΛΟ
 ... ΕΠΗ
 ... ΤΩΝ ΤΩΝ ΤΩΤΗ
 ... ΟΙ ΑΧΕΜΗ ΓΕΝΟΙΤΟ Ν ΤΑΧΟ
 ... ΑΓΓΙΟΥΤΕ ΓΕ
 ... ΕΠΗ ΝΥΙΖΩ
 ... ΤΗ ΠΠ
 ... ΠΝΑΤΙΚΟΝ ΤΩ
 ... Π

LÍN GUA POR TU GUE

uma língua
de futuro



O futuro da língua ou uma língua de futuro

CARLOS REIS *

O Congresso Internacional “Língua Portuguesa: uma Língua de Futuro” celebrou uma efeméride e teve um propósito. A efeméride: os 725 anos da Universidade de Coimbra (UC). O propósito: lançar uma ponte para o futuro do nosso idioma, ponte feita de estudo, de investigação, de divulgação e sobretudo de ambição. A ambição de pensarmos que existe um futuro para a língua portuguesa, indo além de promessas enfáticas e de elegantes declarações patrióticas.

Todas as línguas têm um passado. Nem todas têm futuro. Todas as línguas nascem – ou vão nascendo. Muitas línguas morrem – ou vão morrendo. Não é uma morte lenta que queremos para a língua portuguesa e por isso temos de fazer alguma coisa para que ela não aconteça. Fazer e não apenas falar. Passar da retórica à ação. Se é certo que temos tido muita retórica nos últimos anos, pouca ação temos visto. Política de língua, praticamente nenhuma. Estamos cansados de ouvir e de voltar a ouvir gente com responsabilidade política citar: “a minha pátria é a língua portuguesa”. Como se isso aliviasse as consciências. Para mais, a citação está errada, normalmente é mal atribuída e, pior do que isso, sempre aparece descontextualizada. Não foi Fernando Pessoa quem disse tal coisa e ela foi escrita num contexto de patriotismo, pelo menos, discutível. Vale a pena recordar o texto (que está no *Livro do Desassossego*), para que conste: “Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente.” Não basta, então, proclamar que “a minha pátria é a língua portuguesa”. E chega de nos refugiarmos na contemplação da “última flor do Lácio” de que falou, com melancolia e com saudosismo, o poeta brasileiro Olavo Bilac. Ouçamos outras vozes, que são quase outras línguas. Caetano Veloso: “A língua é minha pátria/E eu não tenho pátria, tenho mátria/E quero frátria”; e ainda: “Nós canto-falamos como quem inveja negros”. Mía Couto: “A minha pátria é a minha língua portuguesa”. Ou seja, há gente cuja língua portuguesa já não é aquela (ou não é só aquela) de onde se vê o mar, como quis Vergílio Ferreira, numa expressão engenhosa, mas de fôlego curto.

Quando dizemos que a UC encara a língua portuguesa como uma das suas prioridades estratégicas, fazemo-lo tendo em conta o lugar que é o seu, no universo pluricontinental do nosso idioma. E também no mundo das universidades que se distribuem por aquele universo pluricontinental. Para além disso, a língua portuguesa constitui

um ativo cultural, político, educacional e simbólico, de cuja valorização e conhecimento depende a posição que ela ocupa no mundo; um mundo em que Portugal é tão-só mais um dentre os oito países que têm o português como língua oficial. Como quem diz: não somos donos da língua, apenas seus condôminos.

A situação da língua portuguesa no século XXI convida a uma reflexão que ajude a responder aos desafios que ela enfrenta. Penso sobretudo nas exigências que são determinadas por transformações socioculturais, por mutações científicas, tecnológicas e epistemológicas, por contextos políticos e geolinguísticos bem diferentes dos que herdamos do passado. Sendo a língua portuguesa um dinâmico instrumento de comunicação e de representação de práticas culturais e de saberes vários, ela convida a indagações plurais e prospetivas, incidindo sobre os efeitos cognitivos, educativos e sociais decorrentes daquelas práticas.

Ponderando o futuro da língua portuguesa, convocamos inevitavelmente temas e problemas em que aquele futuro está traçado. Por exemplo: a língua portuguesa como idioma de conhecimento científico, as diversidades da língua portuguesa, num amplo cenário plurinacional, a questão do ensino da língua e da literatura, a feição assumida pela língua portuguesa na era digital e na sociedade da informação, as dinâmicas de inovação que a atingem, etc. Temas e problemas que interessam a professores e a investigadores de várias gerações, mas também a escritores, vindos de vários espaços em que se fala e escreve a língua portuguesa, com as singularidades que naqueles espaços se manifestam. Se temos de saber conviver com a inovação e, às vezes, com a subversão da língua, temos de reconhecer que ninguém melhor do que os escritores é capaz de nos dizer como se constrói esse convívio; afinal de contas, são eles que, em regime de inegociável liberdade, fazem da palavra um instrumento de mudança do mundo e dos homens.

Dito isto, fica uma interrogação quase provocatória: voltaremos a falar de língua portuguesa (e em língua portuguesa) nos 800 anos da UC? Não sei e seguramente não saberei. Uma coisa tenho por certa: sem a língua portuguesa, a UC não seria o que é. E com ela, virá a ser o quê? O futuro – que é também o futuro da língua portuguesa – dirá.

* Coordenador do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra e Coordenador do Congresso Internacional “Língua Portuguesa: uma Língua de Futuro”

história do livro

ANA MARIA LEITÃO BANDEIRA *

*“Estão finalmente coroados todos os meus trabalhos literários e premiados os meus serviços académicos com ver reduzidas a cinzas as minhas cazas, os meus livros collecção preciosa e em grande parte irreparável”.*¹

Estas palavras, onde perpassa tanta amargura, foram redigidas pelo grande professor de Química Tomé Rodrigues Sobral, em 3 de novembro de 1810, em carta enviada a Francisco Duarte Fonseca Montanha, vice-reitor da Universidade de Coimbra (UC). Tinha perdido a sua casa, com todo o seu recheio, no incêndio ateadado pelas tropas francesas, quando invadiram a cidade de Coimbra, em retaliação pela sua atividade no Laboratório Químico da Universidade, ao fabricar munições para defesa da cidade. Para este

professor, os seus livros eram um bem maior, assim como os seus manuscritos.

Ao trazer este episódio à leitura dos dias de hoje, procuro homenagear aquele professor e nele tantos autores cujas obras foram objeto da sanha e da incúria de muitos, apesar da singeleza deste texto, no qual se abordam aspetos diversos da História do Livro.

Recordo o escultor israelita Mischa Ullman e a sua obra, bem no coração de Berlim, na Bebelplatz, onde foi colocada, em 1995, para homenagear os livros perdidos no mesmo local, durante o regime nazi, na “queima de livros” que ocorreu em 10 de maio de 1933. Sob o pavimento, num subterrâneo, apenas visível através de um quadrado de vidro, assente no chão, encontra-se um conjunto escultórico de estantes vazias, cujo espaço poderia acomodar 20.000 volumes (número estimado de livros então queimados). O escultor utilizou “o vazio e o silêncio” como materiais que melhor representam o insubstituível.

¹ Excerto da carta existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, no processo de Francisco António Duarte Montanha Oliveira e Silva (Processos de Professores (SR), cx. 317 – cota AUC-IV1.ºD-8-5-317).

Os livros perdidos podem ser um tema a abordar, englobando livros roubados, por saques, por guerras, pela ganância dos invasores e conquistadores. Ainda que em breve apontamento, refiro aqui a biblioteca de D. Fernão Martins Mascarenhas, bispo do Algarve (antes reitor da UC), que foi saqueada do paço episcopal de Faro, em 1596, por ataque de corsários ingleses. Esta biblioteca viria a fazer parte do espólio da Bodleian Library, na Universidade de Oxford, onde hoje ainda se encontra.

O nosso país (e Coimbra em concreto) foi palco de não raros atentados ao livro: através da censura inquisitorial, da ofensiva pombalina contra a Companhia de Jesus, das invasões francesas e com a perda de muitos acervos de ordens monásticas, por ocasião da sua extinção. Registe-se, também, a saída da Real Biblioteca para o Brasil, em viagens que ocorreram entre 1810 e 1811, após a saída da corte e de D. João VI para o Rio de Janeiro (sobre a qual já foi publicado *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terramoto de Lisboa à independência do Brasil*, de Lília Moritz Schwarcz, Angela Marques da Costa e Paulo Cesar de Azevedo).

Os impressores e os livreiros que comercializaram o livro, o seu aspeto material, quanto à sua encadernação, os desenhadores e gravadores das suas portadas, etc., são outros temas que fazem parte da mesma história. O mesmo se diga dos bibliógrafos, dos colecionadores e dos bibliófilos, porque os amam verdadeiramente, para além do seu conteúdo intelectual, num culto silencioso do livro.

Aproprio-me das palavras de José Afonso Furtado, quando disse: “Os livros foram sempre elogiados, quer como albergue da verdade ou como conselheiros sempre disponíveis e desinteressados, quer pelo seu uso: aquisição de conhecimentos, depositários das leis, das memórias, dos conhecimentos, de tradição, de costumes e veículo de todas as ciências”.²

A tipografia em Portugal, que não anda muito distante da data em que Gutenberg imprimiu pela primeira vez, em Mogúncia, a Bíblia (1425-1456), tem merecido a melhor

atenção por parte dos especialistas, sendo o *Pentateuco* impresso em Faro, em 1487, por Samuel Gacon, o mais antigo incunábulo. Além de Sousa Viterbo, foi Venâncio Deslandes quem primeiro se dedicou ao assunto, em Portugal, em 1881 e 1882, num trabalho que dedicou a seus avós impressores: *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*.

Tratando-se de um tema tão vasto e rico, onde muito ainda há para desbravar, não admira que já se tenham dedicado à História do Livro diversos autores como: Artur Anselmo, Américo Cortez Pinto, Martins de Carvalho, Joaquim de Carvalho, Jorge Peixoto, Lopes de Almeida, Leite de Faria, etc. Não pretendo citar todos os nomes de quem se dedicou ao assunto, mas não posso deixar de evocar a erudição dos trabalhos de J. V. de Pina Martins, bem revelada no seu *Histórias de livros para a História do Livro* (1.ª ed. 2007; 2.ª ed. 2015).

O Inocêncio, como é familiarmente chamado o *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, publicado a partir de 1858, não pode deixar de ser referido, incluindo os 23 volumes desta obra os trabalhos acrescidos de Brito Aranha, Ernesto Soares e Martinho da Fonseca. “Todo o homem de mediana lição consulta o Dicionário Bibliográfico”, dizia Camilo Castelo Branco. Mantem-se, até hoje, como a mais completa obra de consulta que espelha a produção do livro, até finais do séc. XIX. Quase todos aqueles que a consultam nunca atentaram, certamente, nas páginas introdutórias em que dá conta como elaborou este trabalho hercúleo, revelando o seu amor pelos livros e como a bibliografia se tornara para si uma “paixão predominante” ao longo das décadas em que reuniu as notícias bibliográficas e em que adquiriu a sua biblioteca: “a collecção dos meus livros, companheiros queridos e inseparáveis de que (se não me engano) só a morte me afastará”.

Anteriormente, existia, como repositório dos livros de autores portugueses, a *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, publicada em 1741-1758.

² V. *Os livros e as leituras: Novas ecologias da informação* (Lisboa: Livros e leituras, 2000), p. 15.

RELAÇÃO

Dos Livros,

De que se devem prover os Estudantes da Universidade de Coimbra, na conformidade do Edital do 1.º de Junho de 1807, instaurado pelo Aviso de 10 de Setembro de 1824, para serem admitidos á Matricula Academica do Anno Lectivo de 1842 para 1843.

FACULDADE DE THEOLOGIA.

Primeiro Anno.	{ Douceauger — Inst. Hist. Eccl. Catal. 8 vol. 8.º	1,600
	{ Bousso de Hist. 4.º Lyr. do Art. Teol. Catal. 2.º	250
		1,850
Segundo Anno.	{ Martini — Pos. de Jur. Natur. Catal. 12.º	400
	{ Instituições Theologicas Ligeiras	
		1,350
Quarto Anno.	{ Goussier — Inst. Jur. Eccl. Catal. 3 vol. 8.º	480
	{ Conceptos Hermeneuticas Sacras, Catal. 4.º	1,600
	{ Louisa et Gradus — Novum Testamentum, 8.º	300
		2,380

FACULDADE DE DIREITO.

Primeiro Anno.	{ Martini — Oul. Hist. Jur. Civ. Catal. 12.º	250
	{ Martini — Hist. Jur. Civ. Lat. Catal. 8.º	310
	{ Martini — Pos. de Jur. Natur. Catal. 12.º	400
	{ Ferrer — Tractatus de Legibus, Catal. 12.º	300
	{ Resol. — Enunciis sobre a Historia e Legislação de Portugal, Catal. 8.º	700
		2,060
Segundo Anno.	{ Massol — Elements de Droit Politique, Catal. 12.º	870
	{ Goussier — Inst. Jur. Eccl. Catal. 3 vol. 8.º	1,350
	{ Widdel — Inst. Jur. Civ. Roman. Catal. 12.º	750
	{ Huet — Elem. Jur. Civ. ant. ed. Pandectar. Catal. 3.º v. 8.º	1,530
		4,500

Tercio Anno.	{ Novissima Ratio Juris, e Repertorio, Catal. 12.º	360
	{ Martini — Inst. Jur. Civ. Pub. et Crim. Catal. 6.º v. 8.º	2,000
	{ Ordenação do Reino, Catal. 2 vol. 4.º	2,000
	{ Forças — Elem. d' Econ. Polit. e Statist. Catal. 1841. 8.º	600
		7,020

Quarto Anno.	{ Carta Constitucional de Monarchia Portuguesa, Catal. 16.º	40
	{ Manual dos Direitos de S. M. a Rainha, e Reinos D. M.ª II A. II. Catal. 4.º	480
	{ Novissima Ratio Juris, e Repertorio, Catal. 12.º	360
	{ Código Administrativo Portugal, Catal. 1842.	300
	{ Ferreira Borges — Código Commercial Portuguez, Paris. 8.º	1,720
		2,900

Quinto Anno.	{ Besind — Manuel complet de Médecine légale, Brax. 1837	1,080
	{ Decreto e Regulamento de 2 de Janeiro de 1837, relativo á saúde pública, Catal. 16.º	60
		1,140

FACULDADE DE MEDICINA.

Primeiro Anno.	{ Scarpa Franco — Anatomia Descriptiva, Lat. 8.º	2,100
Segundo Anno.	{ J. J. de Meije — Primer. Lib. de Physiol. Catal. 2 v. 8.º	1,600
	{ Bigli — Noviss. Elem. de Chirurg. et Med. Oper. Catal. 8.º	1,200
	{ Pons — Elementa Artis Obstr. Catal. 8.º	600
	{ Lenoir — Hygiene, 8.º	1,780
		4,780

Tercio Anno.	{ Edouard et Fossier — Manuel de Mater. Medica, Brax. 12.º	800
	{ Almon — Código Pharmaceutico, etc. Parte 2 vol. broch.	2,100
	{ Choussier — Elements de Pathologie générale, Catal. 8.º	1,000
		4,900

Quarto Anno.	{ Galien — Elements de Médec. Prat. Catal. 8.º	4,000
	{ Hippocrate — Aphorismes, Catal. 8.º	300
	{ Nosce — Diatriba Methodica Aphorism. Hippocrat. Catal. 8.º	380
	{ Capuron — Maladies des Femmes, 12.º, Brax. 1841.	800
		4,780

Quinto Anno.	{ Besind — Manuel complet de Médecine légale, Brax. 1837.	1,080
	{ Novissima Ratio Juris, e Repertorio, Catal. 12.º	360
	{ Código Administrativo Portugal, Catal. 1842.	300
	{ Decreto e Regulamento de 2 de Janeiro de 1837, relativo á saúde pública, Catal. 16.º	60
		2,000

FACULDADE DE MATHEMATICA.

Primeiro Anno.	{ Francaeur — Cours Compl. de Math. pure, Catal. 4.º 2.º v.	2,500
	{ Euclide — Elements, Catal. 8.º	600
	{ Leibniz — Tables de Logarithmes, Catal. 8.º	2,500
		5,600
Tercio Anno.	{ L. B. Francaeur — Traité de Mech. Elem. 5.º ed. Paris. 1812.	1,200
	{ La Caille — Leçons Elem. d'Optique, Catal. 8.º	700
		2,900

Quarto Anno.	{ Hist. — Astronomie Physique, Ephemerides Astronomiques para 1843, Catal. 1843.	400
	{ Tables Astronomiques, Hist. 1813. 4.º	600
	{ Leçons de Fourier — Traité de Geom. Descript. Paris. 1837.	2,500
	{ M. S. Spence — Programme ou recueil des Leçons d'un Cours de Construction, Brax. 1829.	2,000
		5,500
Quinto Anno.	{ Ponce de Léon — Principes de Geologie, Catal. 1828. 3.º	300
	{ Laplace — Traité de Mécanique Céleste, Livre II Catal. 8.º	300
	{ Besind — Traité de Hydrostatique, Catal. 8.º	1,000
		2,600

FACULDADE DE FILOSOFIA.

Primeiro Anno.	{ Lavoisier — Elem. de Chimie, Paris 2 vol. com Atlas.	3,000
Segundo Anno.	{ Pallas — Traité Elem. de Physique Genér. et Médiale, Paris 8.º 2 vol. broch.	2,000

Tercio Anno.	{ Zoologia — Abrégé — Quatre Elements de l'histoire Naturelle des Animaux, Londres 2 vol. 8.º	2,500
	{ Richard — Nouveaux Elem. de Bot. etc. Paris. 1,800	1,800
	{ Botanique — Linné — Systema Vegetabilium, Catal. 4.º	1,300
	{ Linné — Genera Plantarum, varietate Sprengel, Gotingae 1821. 8.º vol., 8.º edip.	2,510
		5,610

Quarto Anno.	{ Besind — Cours Elem. de l'histoire Naturelle, Minér. et Geologie. 1.º Partie Mineralogie, Paris 1812. 1.º vol. 12.º	600
	{ Bergeus — Tables Mineralogiques, Catal. 8.º broch.	700
	{ Bergeus — Elem. Partic. d'Explication, Paris. 18.º com Atlas. 1,640	1,640
	{ Goussier — Principes genér. de Médecine, Paris. 1.º vol. 8.º	700
		2,640

Quinto Anno.	{ Rapin — Cours Elem. d'Agric. et Econom. Nat. Brax. 1.º v.	600
	{ Francaeur — Elements de Technologie, Paris 1.º v. 2.º	1,600
		2,200

LYCEO NACIONAL NO COLLEGIO DAS ARTES.

Primeira Aula de Grammatica Portuguesa e Latina.	{ Compendio de Grammat. Portuguesa e Latina, Catal. 8.º	640
	{ Selecta et vetust. Scripturib. loca, etc. Catal. 1.º v. 12.º	780
	{ Fossier — Lexicon Latinarum, Gimp. 4.º	2,600
		3,020

Segunda Aula de Grammatica.	{ Selecta et vetust. Script. loca, etc. Catal. 2.º v. 12.º	610
	{ Tili Lili — Historiarum Lib. I., ex edit. Georg. Meis. Nipper, cum Petri Bonmanni antiqua. Homom. brevis descriptio, Catal. 12.º	700
	{ Commentarios perpetui, Catal. 12.º	610
	{ Selecta et vetust. Scripturib. Latinae Scholae. Ling. Lat. usui accommodat. Catal. 12.º	610
		1,920

Aula de Lingua Grega.	{ Moros — Comp. de Gram. Grega, Catal. 8.º broch.	810
	{ Olivieri — Selecta Oper. Graec. Ling. Script. Oik. 8.º v. 8.º	1,510
	{ Selecta ex Graecis Linguae Poet. Catal. 8.º v. 8.º	2,000
		4,320

Aula de Lingua Hebraica.	{ Per — Comp. des Princ. de Gram. Hébr. Catal. 4.º	300
	{ D. Diego — Arte Francesa, Catal. 8.º broch.	600
	{ Chrestomathia Francosa, Catal. 1840. 8.º	300
	{ Arte Inglesa.	2
	{ Chrestomathia Inglesa, Hid.	400
	{ ————— Portuguez. Hid.	400
		1,702

Aula de Lingua Alemã.	{ Meis. Gram. Francaise et Allemande, Stuttgart. 1826. 8.º	600
	{ ————— Aspetos Francos et Allemands, destinés á servir dans les deux langues, 4.º ed.	200
		800

Aula de Filosofia Rational e Moral.	{ Grammat. — Inst. Logica et Metaphysic. Catal. 12.º	620
	{ Jui — Inst. Phil. Pract. Catal. 6.º	810
	{ Cicero — Opera Philosophica, Catal. 8.º	700
		1,930

Aula de Historia Geral e Partic.	{ Scrotil — Epitome Univ. Historiae, Catal. 8.º	770
	{ Quintilian — Inst. Orat. ad usum Schol. Coimbr. per Hier. Sarr. Barb. com a An. Font. de Har. et Im. Catal. 8.º	800
	{ D'Al — Anotado por Jer. Sarr. Barb. Catal. 8.º v. 8.º	1,100
	{ Selecta et Latinae Scripturib. loca, etc. 8.º	620
	{ Sacro-Familia — Leçon Elem. de Gram. e Chron. Catal. 1830.	310
		2,600

Relação dos livros de que se devem prover os estudantes da Universidade de Coimbra... anno lectivo de 1842 para 1843. Elenco dos livros, para o anno lectivo de 1842-1843, á venda na Imprensa da Universidade. (cota AUC-IV-1.º E-1-4-7)

Para a formação de uma boa biblioteca, foram dadas instruções, em 1878, por Ricardo Pinto de Matos (bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto) na obra *Manual Bibliográfico Portuguez de livros raros, clássicos e curiosos* que dedicou aos “respeitáveis bibliófilos portugueses” e foi prefaciada por Camilo Castelo Branco, também ele bibliófilo.³

Fernando Guedes, fundador da Editorial Verbo e um apaixonado por livros, dedicou um breve estudo à Irmandade de Santa Catarina do Monte Sinai, em Lisboa, uma corporação de livreiros fundada em meados do séc. XVI (em capítulo da sua obra *O Livro como Tema*. Lisboa: Verbo, 2001). Também em Coimbra existiu a Irmandade de Nossa Senhora das Neves, sobre a qual muito pouco se conhece, mas que era também uma corporação de livreiros. Sabe-se que em 1688 eram seu presidente José Ferreira e escrivão João Antunes (ambos livreiros), estando localizada no Colégio de Jesus de Coimbra, provavelmente por existir uma conceituada imprensa no Colégio das Artes.

Coimbra, cidade rica em tradição tipográfica e espólios bibliográficos, não está associada, infelizmente, à produção de qualquer incunábulo, de acordo com o censo de incunábulo publicado por Artur Anselmo.⁴ Como centro cultural renomado, pela existência da Universidade, do Mosteiro de Santa Cruz (como imprensa foi fundada pelo alemão Germão Galhardo, em 1530-31) e da Companhia de Jesus, apenas para mencionar as instituições que aqui tiveram imprensa própria, a cidade terá sempre um capítulo na História do Livro, por aqui terem sido impressas obras marcantes como, por exemplo, a dos *Conimbricenses*. A atividade cultural chamou à cidade alguns estrangeiros ligados ao comércio livreiro, como os franceses Ginioux (no séc. XVII), Borel e Aillaud (no séc. XVIII), Barneoud e também Orcel (no séc. XIX).

A existência, na toponímia coimbrã, de um Beco da Imprensa (trecho de rua que confina com a Rua de Quebra Costas) é reveladora do significado desta atividade. E houve um bairro de impressores e livreiros na zona circunscrita por esta rua, pelo Arco de Almedina e pela rua Manuel Fernandes Tomás (antiga Rua das Fangas). No séc. XVI e XVII, residiam aí importantes

impressores como João da Barreira, António de Mariz, Tomé Carvalho, etc.

Refira-se, ainda, a Imprensa da Universidade de Coimbra (IUC), reformada em 1772 pelo Marquês de Pombal, sobre a qual já vieram a público estudos como a obra coletiva *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da História* (em 2001, pela IUC).

Em 1859, ficou instalado no Colégio dos Paulistas um depósito geral de livros das bibliotecas de colégios das extintas ordens religiosas, com mais de 80.000 volumes, que foram vendidos, em parte, ao livreiro parisiense Demichelis, em 1870. A documentação que regista esse processo de venda foi estudada e apresentada, em 1987, por Manuel Augusto Rodrigues, em apêndice documental ao *Inventário da Livraria do extinto Colégio de S. Tomás de Coimbra* (edição do AUC).

A divulgação informática, permitindo acesso rápido à informação, levou a prognosticar o fim do livro impresso. No 1.º Salão do Livro, realizado em Lisboa, em 2000, pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), o editor Fernando Guedes apresentou a comunicação “Uma vez ainda, o futuro do livro”, na qual revelava como assistira à apresentação do primeiro CD-ROM, na cidade do México, num congresso da União Internacional de Editores.⁵ Passada a fascinação por um mundo que então nascia, esse suporte de informação acabaria por decair. O *e-book* também não irá nunca ultrapassar o livro, nem as edições digitais o podem substituir. Os diálogos entre Umberto Eco e Jean Claude-Carrière, cheios de sabedoria e humor, conversando, como bibliófilos, sobre a história e o futuro dos livros, em entrevista de Jean-Philippe Tonnac, são uma sugestiva leitura, podendo ser, este título, outro capítulo da mesma história: *Não contem com o fim do livro*.

A representação gráfica do livro não deixa de ser um outro tema de interesse e com ele termino, ao evocar a República de Veneza: ali, o livro foi representado, sob as garras do leão de São Marcos, simbolizando, o livro aberto, os momentos de paz, figurando em todas as obras que se ergueram em período de paz; em tempo de guerra e conflito, o livro estava fechado.

* Técnica Superior do Arquivo da Universidade de Coimbra

³ V. Loureiro, Fernando de - *Camilo e os livros (o homem, o escritor e o bibliófilo)*. Guimarães, 1971.

⁴ V. *As origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: INCM, 1981, p. 417-418.

⁵ Ob. cit., p. 349-356.

CLUBE DOS

TIPOL



O Clube dos Tipos foi criado com a intenção de reunir pessoas interessadas em tipografia. As oficinas de tipografia tradicional estão no centro da nossa atividade e não consideramos as restrições associadas à técnica uma limitação. São, para nós, um ponto de partida. As oficinas de tipografia são, hoje em dia, cada vez mais habitadas por artistas visuais e menos por técnicos obcecados pelo rigor e precisão. Gostamos de ver o que o tempo fez às letras impressas no papel. Usamos as oficinas como um espaço de experimentação onde podemos criar uma linguagem própria, utilizando o meio de forma não convencional, apesar de respeitarmos as regras. Podemos misturar artes e técnicas e usar, por exemplo, os tipos como elementos escultóricos, transformados em objetos passíveis de ser fotografados. Sem passar pela prensa, nem nos limitarmos à superfície do papel, é possível ainda usar os tipos como carimbos, sendo que deixam, assim, de ter “fronteiras” físicas. Encorajamos ainda a experimentação e o uso de novas tecnologias. É possível brincar com tipos antigos em conjunto com trabalho criado digitalmente.

O Clube dos Tipos enquadra-se num contexto de ensino alternativo. As escolas, que deveriam ensinar os alunos, sobretudo, a pensar, experimentar e desenvolver pensamento crítico, estão focadas na produtividade e eficácia imediata. Metodologia projetual e criatividade são a base para a uma boa aprendizagem e são tangentes a todas as áreas. O estar, ter tempo para fruir, observar e refletir sobre o que nos rodeia, ouvir apenas um carro a passar desde que entra na nossa rua até que desaparece numa curva. Com o método de ensino atual não há espaço nem tempo para simplesmente ser.

Nas oficinas que organizamos gostamos do tempo que se passa na oficina de tipografia, sem uma preocupação maior sobre o resultado final. A composição manual com caracteres móveis é necessariamente lenta. Faz-nos olhar para os tipos um a um. Sentir o peso da lingual nas mãos quando compomos uma frase no componedor. Ao fixarmos a largura da coluna antevemos o espaço que as palavras vão ocupar. Todos os espaços que vão ficar em branco no papel são também preenchidos com chumbo. Cheiram a tinta e a óleo. As entrelinhas são tiras de metal e têm largura e espessura. Toda esta fisicalidade da linguagem, o peso das letras, confere uma importância extra ao que se “diz” e como se “diz”, que vai para além do significado.

clube dos tipos

JOANA MONTEIRO*

23

RL #45 | OFICINA DOS SABERES
Ribalta

Novo Manual do Tipógrafo

O Clube dos Tipos, em conjunto com o designer/professor João Bicker e com o tipógrafo/ator Rui Damasceno (Tipografia Damasceno) vai lançar um Novo Manual do Tipógrafo através da Editora dos Tipos.

O manual vai ser impresso em tipografia tradicional, com tipos de madeira e de chumbo, inclusivé com algum material pertencente ao espólio da Imprensa da Universidade de Coimbra (IUC). É um projeto a apresentar durante a Semana Cultural da Universidade de Coimbra (UC).

O que pretendemos é criar um manual prático para utilização no contexto de oficinas de tipografia tradicional, mas também contribuir para o ensino e estudo genérico da história da tipografia tradicional. Este manual deverá conter um glossário de termos essenciais associados à prática. A publicação descreve as várias fases e respetivos materiais utilizados para a boa prática da tipografia tradicional. Contém todos os elementos e termos essenciais organizados de forma apropriada e de acordo com a técnica.

A nossa intenção, com o Novo Manual do Tipógrafo, é criar uma base de entendimento que aligeire a comunicação dentro das oficinas de tipografia tradicional, estreitando assim a distância entre novos interessados na prática, técnicos e designers. Os manuais existentes são encontrados em alfarrabistas e perdidos pelas estantes de algumas bibliotecas pessoais. Para reavivar o acesso às oficinas de tipografia, é fundamental que os aprendizes tenham um manual nas suas mãos.

As mesmas mãos que se vão encher de pó de chumbo e tinta, devem poder folhear, sem medo de sujar, o seu próprio manual.

Para dar sentido imediato à sua produção, o Clube dos Tipos vai organizar oficinas de tipografia tradicional, a decorrer ainda durante a 18ª Semana Cultural da UC. Pretendemos dar a conhecer aos participantes, a técnica, passando pelas suas várias fases: composição, imposição, impressão e distribuição. A Tipografia Damasceno, onde se realizam os eventos (lançamento do livro e oficinas), está localizada na zona de proteção da área classificada como Património Mundial. Consideramos também importante valorizar, promover e dar a conhecer o património industrial existente dentro desta oficina tipográfica. Criada em 1970, é herança de família, mas o Rui deu-lhe o seu toque. De um lado estão as pesadas máquinas tipográficas centenárias, as gavetas cheias de tipos, as pilhas de papel; do outro, a música suave da rádio e os cartazes de teatro. O Rui colabora com o Clube dos Tipos desde a sua criação. Percebemos desde o início que não faria sentido existir sem ele. Aos 18 anos juntou-se aos pais neste ofício. Desse modo, ganhou folga para se dedicar a outra arte: o teatro. Os pais eram ambos tipógrafos e foi assim que se conheceram. A mãe do Rui ainda passa por lá, por vezes, para matar saudades. Entra, abre uma caixa, pega num componedor, e vai retirando dos caixotins os tipos de chumbo que lhe compõem os pensamentos.

* Designer gráfica e cofundadora do Clube dos Tipos









O *Museu* encontra-se mesmo à entrada - vindos de Sul - da Ponte de Santa Clara, do lado esquerdo de quem chega.

Francisco Tropa

museu, 2001-15

SIMONE MENEGOI *

Museu é uma experiência artística destinada a pôr à prova as nossas ideias preconcebidas sobre o que é um museu, como funciona, quais são os seus objetivos. Fá-lo através da redução da escala de um museu, em termos de arquitetura e de colaboradores, até conseguir que possa ser compreendido num só olhar; expondo o seu funcionamento ao público e apelando à participação direta do público nas suas atividades.

Museu é uma pequena construção retangular, não muito maior do que um abrigo de jardim ou um gazebo. Tem duas entradas, colocadas frente a frente, que dão para um corredor com paredes de vidro, terminando em duas salas, uma à direita e outra à esquerda. Sem quaisquer portas ou janelas, a única abertura é uma claraboia. Com frequência variável, o edifício expõe dois objetos propostos pelos residentes da cidade onde foi construído, um em cada sala. Publicita-se um anúncio no jornal local a convidar os habitantes para sugerirem um objeto para ser exposto e explicarem as razões para as suas escolhas num pequeno texto. Os objetos propostos podem ser de qualquer tipo: não têm de ser obras de arte contemporânea, nem sequer precisam de ser obras de arte. A única limitação prende-se com questões práticas: tem de ser possível que os objetos caibam nas duas salas através da claraboia, que mede um metro quadrado. Os objetos são selecionados e expostos, juntamente com os textos que os acompanham.

Museu tem três colaboradores com base em contratos anuais: o Diretor, o Curador e o Conservador. Cabe ao/à Diretor(a) escrever a publicidade a pedir as propostas de objetos à comunidade, receber essas mesmas propostas, avaliá-las, e escolher as que irão ser postas em prática, decidindo também com que frequência são exibidos novos objetos. Não tem acesso aos espaços de exposição. O/A Curador(a) junta em pares as propostas escolhidas, duas a duas; edita os textos, escolhe como apresentá-los e decide qual será a disposição dos objetos e textos dentro do espaço. Tal como o(a) Diretor(a), não tem também acesso aos espaços expositivos.

O/A Conservador(a) é a única pessoa com acesso direto aos espaços. Tem um escadote, que pode ser usado para entrar nas salas através da claraboia. O/A Conservador(a) monta as exposições seguindo as instruções do(a) Curador(a), decide como os objetos devem ser dispostos, e determina se serão usados pedestais, vitrines, molduras, etc. É também responsável por garantir a segurança dos objetos.

Museu é um museu experimental e uma obra de arte por si só.

Concebido e projetado por Francisco Tropa em 2001, nunca tinha sido construído. Esta é a sua primeiríssima apresentação.

* Curador

materialidades da literatura

E O LIVRO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

MANUEL PORTELA *

Em dezembro de 2009, a Universidade de Coimbra (UC) apresentou à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior um novo Programa de Doutoramento intitulado “Estudos Avançados em Materialidades da Literatura”. Tendo como instituições de acolhimento o Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras e o Centro de Literatura Portuguesa, este Programa encontra-se em funcionamento desde 2010-2011. Em 2013, no primeiro concurso de Programas de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), foi selecionado para financiamento, tendo-lhe sido atribuídas 20 bolsas de doutoramento, distribuídas por quatro edições. A distinção como “Programa de Doutoramento FCT” permitiu-nos desde então atrair um número significativo de doutorandos e cumprir o nosso principal objetivo: o desenvolvimento de uma nova área de investigação centrada na análise da relação entre processos de significação literária e processos materiais de inscrição. Este texto contém uma breve apresentação desta área de investigação tal como está a ser concretizada na UC. Destaco o livro, nas suas diversas configurações, como um dos objetos privilegiados no nosso projeto de reconcetualização da análise literária.

1. O que são as “Materialidades da Literatura”?

Como podemos descrever os objetos e os métodos do campo que, em 2009, designámos através da expressão “Materialidades da Literatura”? Como se formou a perspectiva particular que estamos a tentar articular neste programa de ensino e de investigação? Que disciplinas e discursos críticos contribuíram para a sua emergência? Que *corpus* de obras de teoria e de análise cultural e literária sustentam esta prática investigativa? Por outro lado, de que modo o conjunto de abordagens que estamos a tentar entrecruzar modifica o nosso olhar para as práticas literárias do presente e do passado? Por outras palavras, de que modo esta revisão da literatura do campo implica também uma revisão do próprio conceito “literatura” tal como tem sido reproduzido pelos estudos literários das últimas décadas? Que potencialidades se abrem com este modo de articular a inscrição material na produção do literário? Como podemos tornar mais complexa a própria noção de materialidade de modo a articular a materialidade técnica e performativa dos atos de fala literários com

o conhecimento do funcionamento dos discursos e da materialidade económica e social da produção de sentido?

De facto, a produção da categoria moderna “literatura”, que ocorreu a partir do Romantismo, coincidiu também com processos históricos de construção de identidades nacionais que originaram os sintagmas que associam “literatura” e “nacionalidade”: “literatura portuguesa”, “literatura espanhola”, “literatura inglesa”, etc. Foi predominantemente através deste modelo que a literatura foi construída como objeto de investigação e ensino nos últimos 200 anos. Ao longo do século XX, múltiplas perspectivas teóricas – formalistas, estruturalistas, comparatistas, culturalistas, feministas, pós-coloniais, discursivistas – complexificaram o objeto e os métodos dos estudos literários, fosse valorizando a autonomia linguística e semiótica do sistema de signos da obra literária, fosse analisando esse sistema de signos como expressão ou sintoma das relações sociais de poder e de estruturas discursivas mais vastas. A perspectiva das “Materialidades da Literatura” – descrita como intermedial, interlinguística e interdisciplinar – tem uma genealogia múltipla, que agrega contributos da história do livro, da teoria dos média, do pós-estruturalismo, da nova filologia, da poética digital, entre outras. Podemos dizer que emerge a partir de uma definição da literatura como sistema de inscrições de base tecnológica e medial, analisando a experiência literária a partir dos seus dispositivos:

As mudanças nas tecnologias de comunicação ocorridas nas últimas três décadas alteraram quer os regimes de representação dos média, quer os regimes de representação baseados nos códigos da letra e da escrita. Esta modificação resultou num novo capítulo na teoria crítica sobre as materialidades da comunicação, com reflexos tanto na investigação das formas literárias passadas, como das formas literárias atuais. O objetivo deste programa é desenvolver em Portugal uma área emergente de investigação, centrada na análise das materialidades da literatura – materialidades do som, da voz, da performance, da imagem, do livro, da escrita, e ainda as materialidades digitais de certas práticas e formas literárias contemporâneas. Esta análise da materialidade implicará também uma reflexão sobre a mediação tecnológica que acompanha a literatura dos séculos XIX, XX e XXI – códice impresso, fotografia, fonografia, máquina de escrever, cinema, rádio, televisão, vídeo, computador, telemóvel, média sociais e locais. (Excerto da sinopse original do Programa, 2009)

A consciência acrescida da mediação técnica nos processos de produção simbólica, decorrente da generalização da reprodutibilidade digital e das redes de telecomunicação no mundo contemporâneo, permitiu desnaturalizar os dispositivos comunicacionais anteriores, como a imprensa e o livro ou o cinema e a fonografia, e reperspetivá-los a partir desta reconcetualização da materialidade dos processos simbólicos. Deste modo, o computador e o livro, na sua condição de complexas máquinas literárias, constituíram-se como dois dos focos mediais do nosso programa de investigação. Além de duas dezenas de teses de doutoramento em curso, o trabalho realizado deu origem em 2013 a uma nova revista científica, MATLIT (<http://iduc.uc.pt/index.php/matlit/>), cujo objetivo é tornar-se um fórum de publicação para a investigação nacional e internacional neste domínio. Os temas dos números já publicados permitem apreender a articulação dos diversos tópicos: “Escrita e Cinema” (Vol. 1.2), “Livro e Materialidade” (Vol. 2.1) ou “Artes, Média e Cultura Digital” (Vol. 3.1).

2. Como aplicar a perspetiva das “Materialidades da Literatura” na análise do livro?

Uma das linhas de investigação no âmbito do Programa intitula-se “ReCodex: Formas e Transformações do Livro”. O prefixo “Re” remete para a dinâmica retroativa de construção dos nossos objetos, isto é, uma construção que recorre ao digital para descrever o analógico, por um lado, e recorre ao analógico para descrever o digital, por outro. Assim, a relação entre digital e analógico não toma a figura de uma transição teleológica mas de um processo de intermediação que implica a copresença e coimplicação de regimes de inscrição. Esta consciência dos processos remediadores no momento atual e ao longo da história dos média manifesta-se no desenvolvimento de metodologias de análise intermédia, que tanto se aplicam a obras digitais atuais como a livros impressos barrocos, modernistas ou pós-modernistas. Podemos por isso caracterizar o livro no âmbito das “Materialidades da Literatura” como *um problema de investigação em si mesmo*: o que é um livro do ponto de vista concetual e material? O que nos dizem os processos, formas e práticas literárias sobre o livro como dispositivo e como *medium*?

Esta linha de investigação tem dois grandes objetivos principais. O primeiro consiste em descrever e analisar o código nos processos literários, seja a partir de obras que

refletem sobre a sua codificação bibliográfica, como acontece com os livros de artista, seja a partir da análise dos processos materiais de produção na interação com processos poéticos e narrativos. A análise da visualidade no livro barroco, a análise da sintaxe combinatória do código no livro de artista ou a análise da interação texto-imagem no livro ilustrado para crianças são exemplos de projetos em curso que se integram neste objetivo. O segundo objetivo consiste em descrever a recodificação digital do livro, isto é, o processo através do qual as funcionalidades do código são remediadas e transformadas através de estruturas e formas digitais. Esta refuncionalização do livro afeta quer as formas do livro digital, quer as formas do código impresso pós-digital. A análise da intensificação da experiência do livro, a análise da virtualização do livro ou a análise das convenções gráficas do livro são exemplos de projetos em curso que se integram neste objetivo.

Talvez o melhor exemplo de como é possível transformar o livro num problema de investigação, capaz de interiorizar uma consciência da condição tecnossocial dos processos e artefactos literários, se encontre no *Arquivo Digital do Livro do Desassossego (Arquivo LdoD)*. Este projeto, desenvolvido no âmbito das Materialidades da Literatura no período 2012-2015, dará origem em 2016 a um arquivo dinâmico em acesso aberto, no qual os leitores poderão assumir diferentes papéis literários ao interagir com um vasto arquivo de materiais autógrafos (os originais do *Livro do Desassossego*) e editoriais (quatro versões editoriais do *Livro do Desassossego*) da obra. Ao experimentarem as funções programadas no *Arquivo LdoD* (função-leitor, função-livro, função-editor e função-autor), terão contacto com um modelo da performatividade literária que é também um modelo do livro enquanto conceito e enquanto artefacto. Simultaneamente máquina de inscrições e máquina de interpretações, o *Arquivo LdoD* mostra-nos como imaginar o livro do futuro reimaginando o livro do passado. Ao combinar métodos dos estudos literários e da computação para pensar as possibilidades de recodificação digital do livro e da imaginação do livro, o *Arquivo LdoD* constitui uma resposta concetual e técnica à hipótese de conhecimento levantada pelas “Materialidades da Literatura” e pelo seu programa de repensar as Humanidades no atual contexto tecnológico.

RL #45 | AO LARGO
ENTREVISTA



José Augusto Bernardes

*Uma universidade
que hoje acarinha o livro
é uma universidade corajosa*

MARTA POIARES

Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC) e membro integrado do Centro de Literatura Portuguesa, José Augusto Bernardes é, desde 2011, diretor da Biblioteca Geral da UC. Acredita que uma biblioteca é a melhor alegoria que existe de uma universidade, sublinhando a coragem daquela que, hoje, faz do livro instrumento pedagógico indispensável. Defende a existência de um cânone literário essencial, mas flexível, tendo já publicado

vários estudos sobre autores canónicos da Literatura Portuguesa, como Gil Vicente ou Luís de Camões. Membro do Conselho Nacional de Educação e consultor para o Programa Língua Portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian, dedica-se aos problemas da investigação e do ensino das Humanidades em contexto nacional e internacional, e crê que ensinar a língua a partir de textos literários carregará, sempre, mais profundidade e maior ambição.

É professor de Literatura Portuguesa na Universidade de Coimbra (UC). Acredita que *não há nem pode haver Letras sem Belas Letras? Isto é, que não se pode ensinar português sem se ensinar, também, literatura?*

A língua condiciona o nosso pensamento, a nossa expressão e a nossa sensibilidade. Condicionando essas três componentes, condiciona também a ideia de beleza. O ideal seria que pudéssemos comunicar ao mesmo tempo na base de um pensamento profundo, na base da clareza e também na base da beleza. Ensinando devidamente a literatura, estamos a ensinar a língua, desde logo, mas ensinamos mais...

E existe uma medida certa de literatura no ensino da língua?

Houve um tempo em que se pensou que o ensino da literatura era separável do ensino da língua. E houve até quem tivesse dito, e escrito, que a literatura atrapalhava o ensino da língua, porque se entendia que ensinar língua era sobretudo ensinar a comunicar. Partia-se do princípio de que a comunicação era uma ferramenta como outra qualquer, separável do sujeito que comunica. Nunca tive essa ideia.

Que ideia tinha/tem?

Tive sempre a convicção de que ensinar língua pressupõe trabalhar com textos complexos. Ora, os textos literários são *textos complexos*. E a complexidade ajuda-nos a densificar o mundo, ajuda-nos a olhar para ele com olhos de quem quer interrogar, de quem quer saber mais. Por isso, ensinar língua a partir de textos literários é sempre ensinar língua com mais profundidade e com mais ambição. Quem está habituado a tratar com textos complexos lida com mais facilidade com os outros textos. Quem nunca tratou com textos complexos tem muita dificuldade em lidar com fórmulas de comunicação, por mais simples que sejam. É por isso que eu digo que há coisas que se ensinam através da literatura e há outras que não se ensinam sem ela.

O mundo ainda se divide entre os *fiéis que acreditam que só os grandes livros resgatam o mundo da sedução das máquinas e dos números*; e aqueles para quem sempre houve literatura a mais?

De facto, ainda há pessoas que olham para os grandes livros e veem neles um produto desfasado do nosso tempo. O nosso tempo é caracterizado pela necessidade de processar informação de forma rápida e eficaz. Nesta conjuntura, os grandes livros parece que atrapalham, porque exigem tempo. Por vezes, requerem a suspensão do mesmo. Um grande livro pode demorar 15/20 horas de leitura contínua. E isso não se compagina com os nossos ritmos. Queremos abeirar-nos de uma fonte de informação e esgotá-la, no máximo, em meia hora, uma hora. Ora, um

grande livro desafia, desde logo, a nossa paciência, a nossa capacidade de interpretação, a nossa perseverança...

E a nossa concentração.

Concentração é uma palavra-chave que, inclusivamente, está a desaparecer do nosso léxico. Hoje, como a informação nos surge já processada, e abundante, pensamos que podemos dispensar a concentração. Isso é um erro. E tem efeitos muito nefastos no ensino. Mesmo no ensino universitário vai crescendo a ideia de que tudo está já processado, dispensando a interpretação. Outra palavra-chave é precisamente *interpretação*. Precisamos de aceder à informação, mas a seguir precisamos de a interpretar. Interpretar significa ver para além daquilo que é visível, daquilo que é aparente. E essa atitude indagadora parece estar a retroceder, mesmo no ensino universitário.

É necessária a intervenção de uma *escola de lentidão*, como George Steiner referiu. Um sítio para ensinar a parar e pensar?

A escola é uma instituição muito complexa, feita por pessoas, por tradições, por urgências. E as urgências condicionam muito o que se passa hoje nas escolas. De repente, vem um ministro, ou um ideólogo, e diz que é absolutamente urgente levar a cabo um programa novo. Espera-se que esse programa transforme tudo e não transforma nada. Ou transforma muito pouco. Mas concordo com essa afirmação do George Steiner, e na base dela, diria mais: a escola tem de ser corajosa. Se as tendências instaladas vão no sentido da pressa, do imediatismo e da eficácia, a escola tem de assumir-se como contraponto dessas tendências, privilegiando, exatamente, a lentidão. No meu entendimento, a Escola deveria assumir-se como uma instância de coragem e de bom senso.

Uma espécie de antídoto dessa velocidade que nos é imposta.

Antídoto talvez seja uma metáfora excessiva. Mas de resistência, sim. De resistência moderada às tendências de pressa vertiginosa em que a sociedade está, realmente, envolvida. Por exemplo, se os autores de um programa entendem que faz sentido ler um romance de 700 páginas, a escola deve ter a coragem de encontrar uma forma de levar os alunos a lê-lo com proveito.

Um grande livro pode mudar o rumo de quem o lê?

Ler um romance não nos confere, ou não nos garante uma felicidade superior àquela que alcançam aqueles que não leem o romance. Mas pode tornar-nos mais humanos. Ajuda-nos a olhar para o mundo com uma consciência maior das nossas fragilidades e com o espírito crítico mais agudo... Espírito crítico é outra noção-chave.

Há momentos-chave para livros-chave?

Sem dúvida. E há perguntas certas, em momentos certos, para livros certos. Por vezes dizem-nos que há grandes livros que devíamos ler; e que é inadmissível que nunca os tenhamos lido. Sentimo-nos então culpados e perguntamo-nos porque é que temos de ler esses livros. E não percebemos bem as razões. Porque, com certeza, não estamos a fazer as perguntas certas.

Há leituras que têm de ser orientadas, portanto.

Claro. E depois há patamares de ambição. Podemos abrir um livro pensando que nos vai transformar a vida. Ou que nos vai tornar mais felizes. Ou que nos vai, imediatamente, escancarar as portas do desconhecido. E os grandes livros, normalmente, não são miraculosos.

Que livros são os grandes livros?

Os grandes livros são aqueles que nos deixam inquietos. Que nos deixam com vontade de continuar a lê-los, mesmo que não seja através do contacto material. Mesmo que, depois da leitura material, continuemos a lê-los de forma interior, continuemos a visitar determinados episódios, determinadas personagens. Às vezes não é necessário voltar a abrir esses livros...

Mas, no entanto, fizeram toda a diferença.

Muita diferença. Sou um defensor dos grandes livros, do cânone, mas nunca me atrevo a dizer aos meus alunos que um livro vai mudar a vida de alguém. Não conheço livro nenhum que se possa recomendar a toda a humanidade. Os livros que se recomendam na base de convicções, de catequese, de doutrina, são, às vezes, livros muitíssimo peregrinos.

O cânone é, então, mais do que uma lista de obras que devemos ler?

Sou defensor de um cânone aberto. Acho que há um conjunto de livros essenciais, mas esse conjunto deve ser flexível, aberto. Há livros que vale a pena ler e outros que não vale a pena ler. A minha ideia de cânone resume-se nisto. Hoje não há muito tempo para ler. Passa-se muito tempo a praticar a leitura nómada, errante, fragmentária... E isso é mau, não nos desenvolve nem sob ponto de vista neuronal, nem sob ponto de vista da sensibilidade, nem sob ponto de vista da atitude crítica.

Como se define esse cânone? Há uma forma exata de escrutínio?

Por exemplo, um livro que resistiu aos séculos tem de ter algum valor. Não digo que seja esta a única forma de escrutínio, mas para mim é a primeira. A *Ilíada* foi

lida, de forma ininterrupta, ao longo de muitas gerações e de muitos séculos. Algum valor há-de ter. Assim como as obras de Shakespeare, de Dante, de Camões, de Dostoiévski, de Balzac, de Eça de Queiroz... O risco de alguém ler estas obras e estes autores sem nenhum tipo de proveito é quase nulo. É nessa medida em que sou defensor de um cânone.

O tempo (ou a ausência de) também implica uma maior necessidade de escolha?

Claro. Se a pessoa enjeita qualquer tipo de seleção, o risco de ler de forma infrutífera, de forma frustrante, é muito maior. Por isso, acho que, na escola, a ideia de cânone é indispensável. Até porque, ao longo da vida, há muitas pessoas que só leem aquilo que a escola obriga ou sugere. E aí está uma obrigação essencial da escola: sugerir, e não tanto obrigar. Se me perguntar qual é o erro maior que a escola pode fazer com um livro, é tentar dar dele ao aluno uma visão exaustiva.

E não há o perigo de padronizar a leitura?

Mais uma vez, a palavra-chave é *compromisso*. A escola deve dar a ler as obras, deve guiar, mas deve deixar margem para que o aluno possa encontrar-se pessoalmente com a obra que lê. Isso não é fácil, mas é imperioso. A tentação para impor ao aluno a leitura do professor é muito grande. A tentação para deixar que o aluno construa completamente a sua leitura também o é. E é necessário encontrar um compromisso entre essas duas atitudes.

É esse o maior erro – não conseguir encontrar um meio termo?

O erro maior é passar muito tempo com uma obra literária. O aluno pode ficar com uma sensação de saciedade, de fartura, que o vai afastar de qualquer outra obra ao longo da vida. Julgo que o maior risco no tratamento dos textos literários em contexto escolar é mesmo esse. É a sensação de explorar até à exaustão os sentidos, os recursos estilísticos, e não deixar margem para que o aluno descubra. Os textos literários têm um sortilégio que a escola pode explorar muito bem: têm uma vertente visível e outra que não é imediatamente visível. E os professores devem explorar mais a vertente que não é visível. Quando tem 14/15 anos, o aluno está sobretudo à espera de descobrir, e não à espera de certificar o que já vê.

O cânone deve ser, então, aberto.

Evidentemente que não se pode deixar ao critério de cada professor que escolha as obras que entender. Mas sou adepto de uma listagem de obras que permita a cada escola que faça as suas escolhas. Que haja textos que possam

ser lidos por todos, mas que, em simultâneo, haja outros que possam ser lidos em função das escolhas que os professores e os alunos fazem. Recentemente, num Congresso sobre Língua Portuguesa promovido pela nossa universidade, o professor Aguiar e Silva surpreendeu muita gente, dizendo que era possível e desejável a adoção de um cânone literário escolar de língua portuguesa comum, que contivesse autores dos diferentes países lusófonos e que permitisse, no entendimento dele, construir uma comunidade pluricêntrica.

Há uma visão nacionalista de cânone literário escolar?

Há. Se um escritor é português, é lido; se outro escritor, mesmo que escreva em língua portuguesa, não for de nacionalidade portuguesa, não é lido. Hoje, as comunidades de leitura deveriam exceder o limite das nações. Deveria instituir-se uma comunidade de língua.

Até porque literatura é património, também.

Exatamente. E sabe, quando lemos todos os mesmos livros, estamos mais perto uns dos outros. O caso mais exemplificativo é, seguramente, o de *Os Lusíadas*. As pessoas, há muitas gerações, leem *Os Lusíadas* na escola. E, portanto, quando se fala do Velho do Restelo, de Inês de Castro, do Adamastor, não é preciso fazer uma explicação em nota de rodapé. Todos sabem o que quer dizer. Um livro pode fazer muito em termos de construção de comunidade afetiva.

Concomitantemente, deve incentivar-se, também, uma leitura paralela, mas emancipada?

Outra palavra-chave: *emancipação*. A escola deve ser um espaço indutor de atitude emancipatória. Aí reside, talvez, a maior missão da escola. Antigamente, a escola preparava para um futuro que era mais ou menos certo. Hoje, o futuro é uma incógnita muito maior, e a única faculdade que sabemos que vai ser indispensável, é a emancipação enquanto atitude mental. A capacidade de

realizar, de enfrentar problemas e desafios de forma autónoma. E era para isso que a escola deveria essencialmente estar orientada. É um desafio muito maior, sei-o bem. E também muito mais incómodo de gerir.

Exige mais.

Muito mais. Muito mais dos professores. Os professores nunca foram tão interpelados, tão desafiados como hoje. E, ao mesmo tempo, tão pouco considerados.

Se a literatura é património, os livros são, certamente, tesouros. Que tesouros estão guardados na Biblioteca Geral da UC?

São muitos os tesouros que temos confiados à nossa guarda. Tesouros de importância patrimonial objetiva, mas, sobretudo, livros muito importantes para a cultura portuguesa. A UC é, de longe, a universidade do mundo lusófono mais rica sob o ponto de vista patrimonial. Isso é um motivo de muito orgulho para nós, mas também de muita responsabilidade. Temos Bíblias do século XII; temos incunábulos, ou seja, livros impressos antes do final do século XV; temos até documentos únicos. Ocorre-me, de repente, o manuscrito do *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett. É um livro absolutamente único. Trata-se do original escrito por Garrett, com anotações dele.

Estar perto desses livros é estar perto da História?

Aqui posso voltar aos *Os Lusíadas*. *Os Lusíadas* são um objeto modesto. Há pessoas que julgam que a primeira edição de *Os Lusíadas*, publicada em 1572, é um livro de grande aparato, iluminado, bonito. Mas não. Trata-se de um volume modesto, desde logo porque Camões não dispunha de meios para conseguir uma edição melhor. No entanto, é muito revelador, e às vezes até tocante, que algumas pessoas se aproximem desse livro em concreto, e sendo ele tão modesto como é, sintam um frémito de emoção, porque estão em face do livro mais importante que até hoje



se escreveu em língua portuguesa. Tendo sido editado em 1572 pela primeira vez, tem vindo a ser editado, até hoje, de forma ininterrupta. Quando uma pessoa se aproxima daquele livro, independentemente do seu aspeto material, sente-se emocionado, pelo que nele existe de profundamente identitário.

Um livro não é só um livro. Vai muito para além de um discurso.

Um livro é também os mundos que ajudou a construir. Esse livro concreto, por exemplo, construiu muitos mundos, condicionou muitas emoções, deu origem a interpretações, às vezes contraditórias. Esse livro está vivo. Voltando à questão do cânone, a diferença em relação aos outros livros, que não são grandes, é que realmente estes nunca deixam de nos falar. E continuam a dizer-nos coisas novas.

Como se equilibra uma maior abertura da Biblioteca à comunidade com a preservação de livros e publicações (alguns dos quais de valor inestimável)?

Guardar esses livros não significa, de facto, fechá-los. Significa mostrá-los, mas mostrá-los com requisitos de cautela, que exigem qualificação, conhecimento e uma atitude de bom senso, de modo a garantir que, daqui por 100 ou 200 anos, esses livros podem continuar a ser mostrados. Muitos encontram-se já digitalizados.

Sente que a Biblioteca tem necessidade de acompanhar uma evolução tecnológica que se faz a passo de corrida?

Claro. A Biblioteca Geral da UC foi pioneira na construção de um catálogo eletrónico. Um dos meus antecessores na direção da Biblioteca, o Doutor Aníbal de Castro, liderou, a nível nacional, um projeto de unificação de catálogo eletrónico. Desde então, os desafios tecnológicos não têm parado. A necessidade de reconverter *softwares*, de tornar mais acessíveis para os livros de que a Biblioteca dispõe, é enorme. Continuamos muito atentos, tanto quanto nos é possível, procurando o alinhamento com as melhores práticas.

Há quem acredite que as tecnologias digitais tornaram obsoleto tudo o que era analógico.

Mas não é verdade. Nada supre o desejo de tocar nos livros. Nem sequer é suficiente para um investigador. Para os investigadores, os nossos tesouros estão sempre disponíveis, salvaguardadas as cautelas necessárias. Para os curiosos, a Biblioteca organiza sessões em que mostra e explica os seus tesouros. Essas obras estão fisicamente expostas e são objeto de uma visita guiada. Portanto, temos a preocupação de mostrar o que temos de todas as formas: recorrendo às novas tecnologias e recorrendo ao saber das pessoas que melhor conhecem essas obras.

Disse que as grandes missões da Universidade não podem cumprir-se sem o apoio de uma grande e boa Biblioteca Geral.

Pois não. E isso é uma evidência. As grandes universidades do mundo, aquelas que figuram em primeiro lugar nos *rankings*, aquelas que têm um prestígio mais consensual, têm todas excelentes bibliotecas. E é muito necessário que a UC prossiga esta política que tem vindo a adotar, de proteger, acarinhar e desenvolver as suas bibliotecas. Sublinho que a Biblioteca Geral não é a única biblioteca da UC; para além dela, existe mais uma vintena de outras bibliotecas especializadas. A UC é das poucas universidades portuguesas que, tendo uma Biblioteca Geral, tem, também, bibliotecas especializadas. Das poucas, em Portugal, porque nos outros países esse modelo é mais corrente. É muito necessário que os alunos, os professores e os investigadores tenham acesso às fontes.

Fontes diretas.

Certo. Ter acesso às bibliotecas significa que não se contentam com a informação em segunda mão, fragmentária, muitas vezes inimputável a um autor concreto.

A *wikipedização* da informação.

Exato. Essa informação, em regra, não é imputável. Quem escreve, escreve a partir de uma convicção, de um conhecimento, e essa convicção e esse conhecimento requerem o confronto com outra convicção e com outro conhecimento. E é assim que se constrói Universidade. A Universidade resulta de uma visão dinâmica do conhecimento, e não de uma visão estática. Há quem diga que este entusiasmo insensato pela digitalização pode implicar um retrocesso na visão crítica do conhecimento. Não sei se é assim. Limito-me a lembrar um facto: as bibliotecas e os livros sempre tiveram detratores. Não é correto pensar-se que no passado toda a gente idolatrava os livros e as bibliotecas, e que agora regressámos à barbárie, em que as bibliotecas e os livros perderam a sua aura. Sempre houve pessoas que contestaram esse valor. O que se verifica, agora, é que, em alguns casos, aproveita-se esta vertigem tecnológica para atacar, de uma outra forma, a função que as bibliotecas desempenham nas universidades modernas. Ora, as bibliotecas nunca foram tão necessárias como hoje. A biblioteca constitui, em primeiro lugar, uma oportunidade de encontro com as fontes primárias. Depois, apresenta a possibilidade de o investigador reconverter a sua atitude em relação ao conhecimento. Se deixassem de existir bibliotecas, assistir-se-ia, aí sim, a um retrocesso, no sentido da simplificação, no sentido de um saber fechado ao futuro. As bibliotecas são lugares de inquietação, de encontro, de crescimento.



De formação?

De formação de intelectuais e de pessoas. Porque não formamos apenas médicos, engenheiros, professores; formamos pessoas. E as pessoas devem ser curiosas, devem ter um espaço para dar largas à sua curiosidade. A biblioteca é o espaço ideal para cumprir esse desígnio. Vou mais longe: a biblioteca é a melhor alegoria que existe de uma Universidade. Na Biblioteca Geral, temos leitores de quase todas, se não de todas, as faculdades. É, assim, um espaço privilegiado de encontro entre investigadores e professores, como não há outro.

Acha, então, que não podemos falar de um declínio da cultura do livro em face da hipertrofia de outros veículos de comunicação?

Acho que não podemos render-nos a esse lugar-comum. Para mim, isso não é mais do que um lugar-comum. O lugar-comum de que o tempo dos livros passou. Não passou. O livro é uma invenção civilizacional e, como tal, desempenhará sempre uma função primordial no desenvolvimento humano. Como dizia atrás, as tecnologias vieram apenas proporcionar outras formas de corporização do livro. O livro eletrónico não deixou de ser um livro. E, ao contrário do que muitos pensam, não desalojou o livro impresso. O que se perspetiva é que, no futuro, haja diferentes tipos de livro. Como já existem hoje. Há assuntos que se compaginanam mais com a versão eletrónica do livro; outros não podem prescindir do livro impresso. Pensar que o livro eletrónico substitui integralmente o livro impresso é um erro de análise semelhante àquele que alguns cometeram no passado, quando julgaram, por exemplo, que o automóvel substituiria o comboio, ou que o avião substituiria o automóvel. Quero crer que o tempo do livro não passou. Alargou-se. Por isso insisto na necessidade de que as universidades desenvolvam uma política de carinho em relação ao livro.

Em que sentido?

No plano pedagógico, desde logo. Esta Semana Cultural da UC, por exemplo, tem a função de chamar a atenção para o livro enquanto objeto patrimonial, porque não se conforma com uma pedagogia centrada, justamente, numa informação imprecisa e errante, volátil e passageira, e de proveniência obscura, que nada tem que ver com o livro.

Defende essa política de carinho em relação ao livro. Vê-se como uma espécie de guardião dele?

Não quero ser apenas visto como um guardião, como alguém que tem como missão defender, com o risco da sua própria vida, os tesouros que lhe foram confiados. Não.

Pelo contrário. Quero que esses tesouros cheguem às pessoas o mais possível. Se me perguntar o que me enche de mais contentamento, ao longo dos anos que levo como diretor da Biblioteca Geral, é ter feito aumentar ainda mais a afluência de estudantes à Biblioteca. É uma sensação muito boa ver que as salas de leitura estão, muitas vezes, esgotadas, e ver que, ao longo do ano, os estudantes levam cada vez mais livros para casa. Uma universidade que acarinha o livro, que faz dele um instrumento pedagógico essencial, é uma universidade corajosa. Não é uma universidade que se limita a seguir as tendências instaladas; assume-se contra elas quando as considera nocivas. A tendência, justamente, é desvalorizar o livro, e sobretudo o livro grosso, o livro grande, o livro que não simplifica. E o livro complexo, o livro que inquieta, o livro que institui a necessidade quase imperativa de, depois de ler aquele, ler outro, é um livro muito necessário na pedagogia universitária.

Mais livros é diferente de mais cultura e mais leitura é diferente de boa leitura?

Não sei se tem ideia de quantos títulos novos se publicam em Portugal a cada ano.

Não.

À volta de 15 mil. E de quantos se publicam no mundo?

Também não.

Em 2012, ultrapassou-se pela primeira vez um milhão de títulos novos, com alguns países à cabeça, como o Reino Unido.

Acha que a abundância leva à ausência de escrutínio?

Temos que admitir que existe algum impudor na publicação. Obviamente que não se pode cercear a ninguém a liberdade de publicar livros. Identifico, se me permite, uma área muito crítica a este respeito, que é a literatura para a infância. É um problema muito sério, este, porque a idade em que mais se lê, em todo o mundo, é precisamente entre os dez e os 13 anos. Trata-se da idade em que se formam ou se perdem leitores. Tem de haver um cuidado extremo naquilo que se dá a ler nessa fase da vida. E às vezes o que se vê é preocupante.

Aí entra, de novo, a questão da seleção de uns entre tantos.

Sim. Por exemplo, tenho feito parte de júris literários. Se abro um livro e na primeira página há erros de sintaxe, ou até de ortografia, o autor até pode demonstrar níveis muito elevados de inventividade, mas se não sabe escrever, é muito difícil considerar que se trata de um livro digno de ser recomendado. O cuidado que temos de ter ao recomendar um livro na escola, seja em que

idade for, deve ser redobrado quando se trata de crianças. Estamos na idade em que se forma o gosto. E, portanto, acho que, dos 15 mil livros novos que se publicam em Portugal a cada ano, nem todos são bons.

Existe a ideia de que, por estarmos no seio de uma crise financeira, se publica menos.

O que acontece é que há muitas editoras que desaparecem, sobretudo as pequenas, e livrarias também. Poderia, de facto, pensar-se que se edita cada vez menos. Mas não, edita-se cada vez mais. Parece existir uma pulsão quase incontável de editar livros. Há muita gente a querer editar um livro. É uma pulsão legítima, mas não quer dizer que cada livro que se publique seja um bom livro e, havendo necessidade de escolher, sobretudo quando se trata de crianças, é preciso escolher muito bem. Porque o prejuízo que um mau livro pode causar é imenso.

Que livros atuais acha que poderão ser tesouros no futuro?

É uma pergunta sem resposta, porque aí o único juiz é o tempo. *Os Lusíadas* são um livro atual. É plausível que sejam lidos daqui a 200 anos? Se a língua portuguesa subsistir como tal, quase que garanto que sim. É possível que Fernando Pessoa seja lido daqui a 400 anos? Atrevo-me a dizer que sim, porque Fernando Pessoa deu voz a anseios humanos que, enquanto houver humanidade, dificilmente passarão. A leitura é fonte de prazer, mas também responde a necessidades. Dos livros que saíram em 2015, não me atrevo a dizer quantos sobreviverão.

O tempo o dirá.

Sim, só o tempo, esse supremo juiz.

JOÃO RAMALHO SANTOS

uma história ilustrada

MARTA POIARES



A vida é feita de possibilidades. E opções. A todos os níveis. Assim começa *Uma Aventura Estaminal*, livro que une a Biologia à banda desenhada ou, se quisermos, dois dos pilares em que a vida de João Ramalho Santos se vai construindo. Afinal, a aventura deste biólogo *aos quadradinhos* não caberia numa história qualquer. Nasceu em Coimbra, em 1966, cidade pela qual (quase) sempre se manteve. Foi no ensino secundário, no início dos anos 1980, que uma professora de Biologia lhe suscitou o interesse pela área científica. Como todo o bom aluno de ciências, a expectativa segredava Medicina. Mas a vontade falou mais alto: “Era uma coisa muito boa para outras pessoas fazerem, que não eu.” Acabou por escolher Biologia, um curso de “banda larga”, onde do defeito fez virtude: “É um curso que tem tudo, desde a Ecologia à Antropologia à Biotecnologia à Biologia Animal. Pude ser o mais eclético possível.”

No princípio, no entanto, a história era outra – a banda desenhada surgiu um pouco antes do mundo das ciências. Foi com as revistas “Cavaleiros Andante” do seu pai que descobriu as inúmeras possibilidades escondidas na dupla desenho/texto: “Podem contar-se coisas que não estão escritas. Ou pode usar-se o desenho caricaturalmente. Funciona muito bem, do ponto de vista de metáfora.” Ainda no ciclo, e juntamente com um grupo de amigos, lembra-se de fazer fila em frente ao depósito da livraria Bertrand, antecipando-se à lógica do tempo e da espera: “Nem deixávamos que a revista *Tintin* (revista semanal de banda desenhada) chegasse aos quiosques. E ainda éramos alguns. A maior parte desses miúdos deixou-se disso.”

João Ramalho Santos não deixou. Diz levar tudo a sério, sem criar quaisquer hierarquias de interesses: “Procuro ter um grau de exigência igual em tudo o que gosto, tentando fazer sempre o melhor possível. Na minha cabeça, só há essa maneira de fazer as coisas.”

Apesar de alguns hábitos confessados numa personalidade quase múltipla – escolhe sempre o mesmo lugar no Teatro Académico de Gil Vicente, por exemplo –, admite aborrecer-se facilmente e tentar, seja na ciência ou na criação artística, escapar à monotonia: “Há muitas pessoas que dizem que já está tudo feito. Eu não. Acho que há sempre coisas que surpreendem.”

Talvez por isso tenha mudado de rumo por diversas vezes. Tendo acabado o curso como um dos melhores alunos da Licenciatura, foi-lhe oferecido o cargo de assistente estagiário. O facto de ter uma carreira assegurada aos 22 anos não

o satisfiz: “Foi demasiado cedo. Deviam ter-me obrigado a tirar o Doutoramento, a fazer um trabalho competitivo, e depois a ser escolhido, ou não-porque o não também existe.” Mas não se sente ingrato. Pelo contrário. “Acabei por concluir o Doutoramento em Biologia Celular na UC, orientado pela Professora Maria da Conceição Pedrosa Lima, uma das minhas grandes referências enquanto investigador e pessoa.” No final do Doutoramento, em 1997, confessou a Arsélio Pato de Carvalho, “outra grande referência”, que para ser melhor cientista tinha de sair de Coimbra e “ver o mundo lá fora.” E assim foi. De 1997 a 2000 viveu nos Estados Unidos, onde concluiu o Pós-Doutoramento na Oregon Health & Sciences University, e, em 1998, o curso intensivo *Frontiers in Reproduction*, ministrado no Marine Biology Laboratory (Massachusetts). “Ainda consegui publicar vários artigos em revistas muito boas, incluindo a *Nature* e a *Nature Medicine*. Valeu a pena”, garante.

Com várias propostas para se manter nos Estados Unidos, João Ramalho Santos acabou por regressar a Portugal de missão em pensamento: “Sempre tive como objetivo tentar contribuir para a ciência nacional. Para além disso, a educação dos meus filhos foi decisiva. Continuam a ser as duas experiências mais importantes que realizei quer no Doutoramento, quer no Pós-Doutoramento (risos).”

Voltar não foi fácil, contudo. Agostinho Almeida Santos – na altura, diretor clínico do Serviço de Reprodução Humana – revelou ser uma ajuda decisiva, abrindo as portas do seu laboratório, onde pôde começar a escrever projetos. Em 2015, João Ramalho Santos é então reconhecido pelo programa *Frontiers in Reproduction*, galardão que premeia antigos alunos da formação que lhe dá o nome e que se destacam na área da Biologia Reprodutiva. Foi o primeiro não anglófono a consegui-lo e ainda hoje se espanta com a escolha: “Ainda estou surpreendido por ter ganhado. Uma pessoa só sabe o valor de um reconhecimento depois de o ter tido. Agora sou chamado para projetos – alguns europeus e norte-americanos – para os quais antes não era.”

Atualmente, combina o lugar de professor do Departamento de Ciências da Vida da UC com o de Investigador no Centro de Neurociências e Biologia Celular da UC, ao qual preside. Realiza trabalho de investigação sobretudo na área da Biologia da Reprodução, com ênfase na Fertilização, Reprodução Assistida e Gametogénese (como se formam, e como funcionam, espermatozoides e óvulos) e Células Estaminais. Se é importante usar o estudo e a descoberta para melhorar a

vida fora do laboratório? Hoje, tem a certeza que sim. “Tento sempre que estas coisas não aconteçam no vazio. Por isso, trabalho há muitos anos em colaboração com os Hospitais da UC, juntamente com Teresa Almeida Santos, do Serviço de Reprodução Humana”, afirma. Mas nem sempre foi assim. Quando era apenas investigador, achava “estranhíssima” a ciência aplicada: “Pensava que o que interessava era ir ao fundo das coisas e descobrir a base da verdade científica.” Agora, enquanto diretor do Centro de Neurociências e Biologia Celular, sabe que “se for possível chegar a aplicações que ajudem a melhorar a vida das pessoas a vários níveis, deve-se trabalhar nesse sentido.”

Quem com ele trabalha, diz ver um líder e nunca um chefe. João Ramalho Santos não se rende ao elogio, mas justifica: “Eu, de facto, preciso de trabalhar com pessoas que colaborem. E a primeira coisa que tive de perceber é que não são uma miniatura minha. Tenho a sensibilidade para tentar tirar delas o máximo possível. Aliás, espero que eles, a partir de agora, façam melhor do que eu. Será um sinal de que fui um bom professor e um bom orientador.”

Enquanto professor, diz que o mais importante é tentar identificar quem deve - ou não - estar ali. “As primeiras perguntas que faço na primeira aula prática que dou aos alunos de Biologia e Bioquímica são: ‘O que é que estás aqui a fazer?’, ‘Por que é que vieste para Biologia e/ou Bioquímica?’ e ‘Quais são as tuas perspetivas de futuro?’. Tento orientá-los. Mostrar-lhes que se não querem estar aqui, devem mudar. Mas agora.” Para além disso, diz querer – tal como a si mesmo – levá-los para lá de todos os medos. A lógica será sempre enfrentar: “Digo-lhes que devemos fazer coisas que nos assustam.”

A verdade é que sempre o fez. Mesmo com uma taxa de rejeição de histórias de ficção científica superior à elevada taxa de rejeição de artigos científicos, como garante, publicou quer artigos de investigação, quer histórias de ficção científica, na muito seletiva revista *Nature*. “Como já publicava no site *LabLit* histórias de ficção relacionadas com a vida no laboratório, fui desafiado a tentar publicar na secção *Futures* da revista *Nature*. Assim o fiz.” Essa história não só foi publicada à primeira, como João Ramalho Santos conseguiu publicar mais três. O segredo é não desistir: “A lógica é mandar uma história, ser rejeitado, teimar e mandar de novo. É ser determinado e não desistir.”

A incursão na escrita não fica por aí. Para além de ter colaborado com as publicações *Nemo*, *Quadrado*, *Ler* e *Vértice*, a passagem de leitor para autor de banda desenhada aconteceu quase de forma irremediável. Do ensaio sobre uma banda desenhada belga que escreveu em coautoria com João Miguel Lameiras, *As Cidades Visíveis*, depressa chegou à escrita de catálogos e argumentos. A estreia aconteceu em 2004, por ocasião dos 30 anos do 25 de Abril, com *Uma Revolução Desenhada: O 25 de Abril e a Banda Desenhada*, seguido por *Coimbra na BD* (com João Paulo Paiva Boléo e João Miguel Lameiras). A partir daí, numa cadeia de coincidências e oportunidades, seguiram-se *A Revolução Interior*, *Crossroads* (com José Carlos Fernandes e João Miguel Lameiras) e *Eden 2.0* (com Luís Louro e João Miguel Lameiras).

Ainda que os seus dois maiores interesses se manifestassem paralelamente, João Ramalho Santos nunca os havia juntado no papel. Literalmente. Por preconceito, inicialmente, banda desenhada e Biologia não podiam coabitar: “Achava que eram mundos separados. Sempre que se associava ciência a banda desenhada, achava forçado e irrealista.” Hoje, assume que estava errado. Tanto, que acabou por uni-las. Em 2013, a partir de um projeto financiado pelo Ciência Viva, surgiu *Uma Aventura Estaminal*, obra desenhada pelo ilustrador André Caetano e com argumento do próprio João Ramalho Santos. Já este ano, a convite do jornal Público e a propósito dos 500 anos da publicação do livro *Utopia* de Thomas More, voltou a juntar as suas palavras ao traço de André Caetano para um ensaio em banda desenhada sobre o tema. Ao unir as duas áreas, diz tentar vestir o papel de um embaixador da ciência, conseguindo levá-la até aos mais leigos, de forma simples, mas sem nunca ser simplista: “Há muita ignorância sobre temas científicos. Infelizmente, nós, do ponto de vista pedagógico, usamos, quer na ciência, quer na história da ciência, exemplos muito clássicos. Mas depois, antropomorfizar células ou organismos, por exemplo, pode ser um grande risco. Achemos que fizemos um bom trabalho, mas há sempre quem não tenha percebido absolutamente nada (risos).”

Das histórias que conta aqui e ali, diz que quase tudo acontece ou aconteceu. Vida quotidiana, dia a dia dos cientistas ou coisas que sucederam, estão sempre muito pouco disfarçadas. Confessa escrever à noite “ou durante um jogo de futebol menos interessante (risos)”, e sublinha que é a ficção que o ajuda a pensar a realidade: “Ajuda-me a pôr em perspetiva. Há histórias de ficção que escrevi para exorcizar coisas que se passaram na minha vida e que me marcaram muito. Outras pegam em partes da minha investigação. Isso também me ajuda a repensar o que estou a fazer nessa área.” Se a profissão fosse outra, garante que escreveria mais: “Talvez transformasse algumas das minhas histórias em banda desenhada.”

No sentido de refletir, mas também de acompanhar, é ainda crítico de banda desenhada, publicando regularmente no JL: Jornal de Letras, Artes e Ideias e no blogue *As Sequências Rebeldes*. É um trabalho que me obriga a manter-me atualizado em relação ao que está a acontecer.” João Ramalho Santos é ainda coproprietário de Dr. Katoon, uma loja de banda desenhada, em Coimbra: “ajuda-me a estar a par das últimas novidades. E conhecer alguns autores, claro.”

Entre Biologia e banda desenhada, João Ramalho Santos foi considerado, por Carlos Fiolhais, um de 11 portugueses à frente do seu tempo. Mas o veredicto do próprio é outro: “Não acho que esteja à frente do tempo. Considero-me do meu tempo. Procuro, apenas, convencer-me de que estou a fazer um bom trabalho. Ou um trabalho que tenha algum mérito.” E conclui: “Corto Maltese, personagem de Hugo Pratt, diz: ‘se eu conhecesse futuro, o presente deixaria de me interessar’. A mim interessa-me muito mais o presente.”



ADRIANA CALCANHOTTO *

Entrar em um sítio pensado por D. João V para ser uma *casa de livros*, e que até tornar-se a célebre Biblioteca Joanina passou por muitas histórias, era um secreto sonho meu. Porém, pela primeira vez lá dentro, mesmo deslumbrada com as proporções barrocas, senti um tipo de esmagamento. Não sei, pensei em todos os livros que nunca leremos porque essa empresa já não é possível no espaço de uma vida; nos livros que nunca leremos porque foram queimados, em tempos muito sombrios. Perdidos para sempre, em recorrentes momentos da história da civilização, censurados, proibidos, tão ou mais perigosos do que armas. Quantas pessoas foram e até hoje são mortas por interpretações fanáticas de um mesmo livro?

Livros, em qualquer plataforma, sempre serão os melhores transmissores do amor ao conhecimento. A tecnologia permite que qualquer um tenha acesso na Internet a livros e manuscritos raros sem maiores prejuízos aos originais. Produto do século XXI, um fenômeno novo na história da religião, a perversão da fé muçulmana acabou, entre outros horrores, por destruir a cidade de Palmira; por distorção interpretativa, contrária ao que, justamente, o livro que dizem os radicais defender sempre esteve a pregar. Os tempos são de falta de diálogo inter-religioso, ou seja, conforta saber que estão digitalizadas a biblioteca Ambrosiana ou a de Alexandria, entre outras, com suas maravilhas, a um clique de nós. Como seria o mundo ocidental caso o poema do romano Lucrécio *Da natureza das coisas*, sugerindo que é necessário olhar para a natureza das coisas e não para deuses indiferentes, que somos feitos de partículas, que com a morte acaba-se tudo, portanto não é preciso temê-la, e que a criação não é obra do divino não houvesse sido copiado do acervo secreto da biblioteca do Vaticano e publicado contra a vontade da Igreja? Os textos da antiguidade extraviados são lacunas profundas, verdadeiros buracos negros na trajetória da experiência humana, precipícios infundos. Sabe-se lá se num desses livros desaparecidos estivesse a chave para fazer a humanidade aprender que destruir o próprio habitat não é inteligente, e as geleiras poderiam não estar derretendo na velocidade em que estão. Quantas fogueiras exterminaram edições inteiras de extraordinário esforço intelectual por ignorância e medo, sempre o motor do desejo de destruição do não conhecido?

Difundir o conhecimento é o que querem os livros, não acumulá-lo; livros querem é poder ter todo o tipo de interpretação enquanto seguem sendo eles mesmos. A *Antígona*, de Sófocles, tantas vezes recontada sem nunca deixar de ser ela a mesma é um exemplo máximo. Como puderam as diferentes leituras do Livro dos livros, que gerou três religiões, criar tão longa e horrível história de ódio embora, em tese, nenhum desses deuses possa estar errado?

Pensei nos livros existentes como sobreviventes da própria humanidade e que cada biblioteca é uma sucessão de superações. Pensei nos livros que deixaremos de ler porque é preciso ciclicamente retornar a alguns daqueles que já lemos antes, aqueles que têm necessidade de ser lidos quatro ou cinco vezes, às vezes mais, para que se possa dizer que foram realmente lidos. Escolhemos alguns em detrimento de outros e essas escolhas é que nos formarão o espírito. Livros só existem por causa de outros livros. Os heróis de Homero estão sempre juntos nas estantes, opostos em seus temperamentos. O príncipe da Dinamarca, de Shakespeare, seria a tentativa de ser ou não ser em um homem só, o conjunto dos dois heróis homéricos? Fernando Pessoa escolheu publicar como seu primeiro livro, apesar da opinião contrária de seus pares, *Mensagem* porque sentiu necessidade de mostrar que se quisesse ser Luís de Camões (e ele queria), poderia ser.



Existe Mensagem porque existiu Os Lusíadas. Se Dante não escrevesse a Comédia, que não haveria sem Arnaut Daniel, existiriam Moby Dick ou Dom Quixote?

A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra tem entre muitos dos seus tesouros, assim como manuscritos do Século XII, uma rara bíblia hebraica, preciosa por tudo o que representa, incluindo a noção da grandeza da ambição joanina de constuir bibliotecas importantes para o mundo. A Biblioteca Real, antes de sua destruição no terramoto de 1755, foi por algum tempo o maior motivo de orgulho de Portugal. Logo na entrada da majestosa Biblioteca Joanina, do lado esquerdo do edifício que foi construído sobre uma antiga cadeia, há uma janela muito pequenina, entre duas estantes, que dá para o Mondego indo embora. É das imagens mais lindas do amor à transmissão do saber que já vi. Os livros, vivos em suas estantes, guardando tudo o que guardam e ao fundo o rio, prateado, fugindo. Diante daquela vista não há esmagamento que possa persistir, de modo que deixei o prédio que secretamente sonhei conhecer com renovadas esperanças em tudo o que ainda há por vir dos livros, apressada, para os novos volumes empilhados à mesa de cabeceira, no quarto do hotel.

* Artista e *embaixadora* da Universidade de Coimbra no Brasil

o livro
que é lido
sem nunca
ter sido
escrito

MÁRIO LÚCIO SOUSA *

No interior da Ilha de Santiago, Cabo Verde, mais precisamente num sítio que não devia existir, de tão agreste e por causa do nome, chamado Espinho Branco (e parece que para ali fugiram todos os pretos que existem em Cabo Verde), há um livro. Mas em África as ironias e os paradoxos são bons presságios: basta reparar que, durante o regime de apartheid, a capital da África do Sul chamava-se Pretória, em abusiva contraposição à brancória louca que criou o sistema e dali mandou banir todos os pretos.

Então, Espinho Branco nasceu atravessado na garganta da História. Corria o ano de 2002 quando o Mundo descobriu que ali havia um homem de tão rara estirpe que parecia surreal. Chamava-se Agostinho e era o chefe dos Rabelados. Ora, aqui começa a história.

Santo Agostinho é aquele padre franzino que foi *hippie* antes de tempo e depois escreveu um dos melhores livros que a Humanidade já conheceu. É um livro que fala sozinho por uma biblioteca inteira. Chama-se *Diálogos sobre a Felicidade*. O Chefe Agostinho era o homem mais anticlerical que as ilhas de Cabo Verde alguma vez conheceram, muito mais do que o velho barbudo que vivia na rua em S. Vicente e que respondia pelo retumbante nome de Come Deus.

Para entender o porquê de o Agostinho, o chefe, não poder com o Agostinho, o santo, nem pintado no altar, trona-se impreterível saber da história dos Rabelados.

E a História é esta: Espinho Branco fica no Concelho do Tarrafal. Tarrafal é o tal sítio que, se o Mundo tem aquela parte (não onde Judas perdeu as botas em bom eufemismo lusitano, mas onde ele literalmente põe as fraldas), fica mais além e com acento agudo. Em 1960, o Concelho do Tarrafal, com 19.130 habitantes, isto é, 88,9% da densidade populacional da Ilha, tinha menos de 2% de brancos. Se isso fora pouco, o povo vivia disperso pelas montanhas escarpadas, os burros eram covardes e as mulas teimosas e caras. O isolamento era uma marca e a comunicação escrita zero, porque o concelho tinha uma taxa de analfabetismo de 88,1%, sendo 91,66% para os negros. Havia uma só enfermaria e nenhum médico no Tarrafal. As gastroenterites e o tétano passeavam de mãos dadas pelas principais aldeias desertas. A disciplina da sede mataria de inveja qualquer sufi amador, pois um percurso de cinco horas era o habitual por uns escassos litros de água de nascente, vírgula, uma água que fazia cócegas na língua, de tão cómica que era.

Colocando o passe-partout neste quadro negro, basta dizer que o Concelho do Tarrafal foi criado apenas em 1917. Isto é, durante quatro séculos esteve “desgovernado”.

Entretanto, o assunto é bem de Deus. Numa população de 89.940 habitantes, 67.569 eram católicos. Os restantes eram mortos. E aqui nasce outra pimenta para a história: o Concelho do Tarrafal esteve 30 anos sem pároco residente. Eram os membros da comunidade que auxiliavam os serviços religiosos.

O inimaginável é que foi nesse cenário que a Igreja católica resolveu se modernizar. E fez como na história da Albânia, que saltou do feudalismo ao comunismo, direto. Espinho Branco passou, de um sopro, de rabo a cabeça da reforma da Igreja. Corria o ano da graça de 1941.

Por capricho, nesse ano, aquele fenómeno a que o povo chama de fome caprichou. Não chovera anos a fio e a mortandade mostrou como é que se faz. O resto é o que se sabe. Sobrou caboverdeano porque o teimoso deste povo é sortudo. E é no meio dessa desgraça que chegou ao Arquipélago um lote de novos padres. Vieram a pregar uma vaga de doutrinas retificadas pelo Vaticano que não lembrariam o diabo.

Esses padres, trajados de batina branca, ao contrário dos anteriores de batina preta, chamaram a si a realização de todos os atos religiosos, desprezaram os antigos catequistas e ajudantes populares, e proibiram a realização pela população de todos os atos ou manifestações que tivessem símbolos, cânticos ou caráter católico. E mais: doravante, tudo passaria a ser pago: novenas, ladaínhas e responsos.

O povo, ou o que ainda dele sobrava, encheu o peito e a boca de ar e disse não. Desobedeceram a igreja e passaram a fazer as coisas como sempre fizeram.

Então, pela primeira vez fora da gramática de José Maria Relvas, aparece o termo *Rabelados* nas escolas da vila. O criador do vocábulo tinha sido o pároco da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, o padre João Eduardo Moniz. *Rabelados*, escreveu na participação que endereçara ao Administrador local, *termo crioulo que significa Revoltosos*. Corria o ano do Nossenhôr de 1959.

De repente, os mesmos indivíduos que anos antes praticavam atos religiosos do culto católico, auxiliavam missas, rezavam terços, entoavam cânticos, batizavam os filhos, davam a extrema unção em casa aos seus moribundos, falavam da Bíblia em reuniões locais e explicavam os livros sagrados aos que não sabiam entender, passaram a ser os fiéis inimigos nacionais da cúria.

Pouco a pouco, as autoridades administrativas, pressionadas pelas religiosas, começaram também a castigar os Rabelados, negando-lhes autorizações para a realização das suas festas populares e familiares, interditando-lhes danças e ritos de passagem, costumes nupciais e fúnebres, e dificultando-lhes a celebração de atos civis, como os casamentos civis e o registo de nascimento.

Ah sim?, perguntou o povo. E a resposta nasceu com uma fimeza inesperada. Por motu próprio, os Rabelados criaram um conceito incrível, e até então desconhecido, que só viria a ser copiado pelos *sans papier* de Saint Denis, anos mais tarde, em França: o conceito de não-cidadão. Desprezaram tudo o que era do Estado: escolas, farmácia, estradas, fontenários, chafarizes, praças, fazendas, repartições, papéis, e até identidade. Chamaram-se todos *Rabelados do nosso Senhor Jesus Cristo*, rabelado ele e rabelada ela, e deram ao termo a conotação de *Revelados*, isto é, aqueles que receberam a unção da luz. Cercaram com palhas e carriços a comunidade, elegeram um chefe e criaram o seu próprio “Estado” na Comunidade de Espinho Branco.

Aqui mora o mistério desta história. Lembrem-se que o texto de algumas orações e cânticos foram alterados, que o hinário antigo foi retirado, e que alguns livros foram banidos. Pois, entre os livros banidos estava um especial, e foi este que instituiu e salvou a Comunidade: era esse livro a Constituição, a Carta Magna, a Emenda, o Manifesto, a Tábua Legal, o Código, o Divino, o Processual, o Boletim, o Testamento, o Ensino, a Palavra, a Enciclopédia, o Dicionário, o Tratado, a Bula, o Mapa, o Receituário, a Pauta, o Assento, o Livro, em suma, estava ali o único exemplar mundial de uma compilação exaustiva de toda a Biblioteca da Alexandria, mais a de Timbuctu juntas. Nasceria o Livro dos Rabelados. E nascia a mais indomável história da odisséia dos livros que civilização alguma jamais conheceu. E o Mundo inteiro intrigado queria conhecer o Livro dos Rabelados. O Chefe Agostinho era o escolhido guardião da tão sagrada peça e fundamento do seu mundo. O Livro dizia com exatidão fractal quando é que a cabra malhada ia parir, quantos cabritos, e quando o primeiro exibiria seus lindos cornos; dizia também como é que se cura a albuminúria; dava ordens para a sementeira e indicava o período das chuvas; tinha fórmulas do DDT e combinações de cofres de todo o mundo; mandava caçar pulgas com óleo de rícino e distrinçava o bombordo do estibordo; quando havia desavença, tinha páginas de procedimento, de instruções, de minutas, de penalidades e de reinserção do culpado; sabia de orações contra trovões, de quantos passos uma casa devia ficar da outra para evitar contaminação; nomeava constelações e consertava goteiras, listava sinónimos e curtiã peles com sementes da urzela; sabia ainda de todas as coisas havidas e por haver, desde a previsão e computação do tempo, ao modo de descobrir água, jogos divertidos de cartas e sobre como achar as festas mudáveis pelo calendário. Tinha cânticos em latim e truques para amarrar barcos; receitava manganésio contra o xulé e ensinava como organizar uma tertúlia. E nunca falhou, como nunca falha o sagrado. E nunca foi desrespeitado, como nunca é desfeito o judicioso. Graças ao Livro, a Comunidade sobreviveu solidariamente às fomes, venceu as autoridades, criou as suas proles, provisionou suas reservas, cresceu na economia, erradicou as finanças, contribuiu para a resistência nacional, içou a bandeira da estrela negra, a da independência, calcorreou a ilha a pé e impôs respeito ao Estado Velho, ao Novo, ao Revolucionário e ao Liberal. E ainda ali está, à beira do caminho que ninguém usa.

Nada disso seria o que é, não fosse o facto de ninguém na Comunidade saber ler, principalmente o Chefe Agostinho, que corria o dedo sobre os caracteres e sentia com arrepio o braille e o brilho da eminência. Lia cegamente com o coração e com a fé, como fazem o amor e a devoção.

O Chefe Agostinho morreu e, agora, Tchetcho, seu filho, lidera a Comunidade e exhibe o livro misterioso: *O Lunário Perpétuo*, um livro composto pelo valenciano Jeronymo Cortes, editado em Lisboa em 1887. Tchetcho foi à escola e sabe ler, mas lê aquilo que o Agostinho deixou e que o Lunário Perpétuo apenas serviu para esconder.

LUNARIO PERPETUO

RL #45 | AO LARGO
CIRÇÃO LITERÁRIA

52



eusébio sebastião

HENRIQUE MADEIRA *

A Virgínia disse que a primeira frase era a mais importante. Acho que leu isso na Internet, que é onde essa gente aprende tudo. É a minha secretária, a Virgínia.

Não sabe nada da vida, coitada, mas leu muito e fala tu-cá-tu-lá com isso dos bits, nets e facebooks. Contratei-a há dois anos porque uma pessoa como eu deve ter uma secretária pessoal. Assistente, assessora ou lá o que é... a Virgínia é essas coisas todas. Disseram-me que secretária agora tinha de ter doutoramento e por isso mandei pôr o anúncio: “Homem de negócios com interesses em vários continentes necessita de secretária pessoal. Sexo feminino. Doutoramento em qualquer área. Bons conhecimentos de línguas. Disponibilidade para viajar. Resposta com CV para este jornal, classificado n.º 65536. Juntar foto.” Passei um dia inteiro a olhar para os CVs e para as fotos. E escolhi a Virgínia. Assim, direto, entre centenas e centenas. A vida ensinou-me que o melhor é confiar nos meus instintos. É como nos negócios. Tenho um montão de inúteis à minha volta que me encham com relatórios, gráficos, exceis, tendências, muita conversa, patati patatá. Mas depois eu olho e decido. Instinto? Percebo eu!

Também me lembrou de que podia contratar um *ghost writer*, como fez um brasileiro rico de um livro que a Virgínia leu e me resumiu (a Virgínia é ótima a ler livros por mim e a fazer-me resumos). Mas eu recusei: Vou escrever eu mesmo! Que é para mostrar a essa gente... É claro que poderia pagar a alguém para escrever o livro, esse *ghost writer*, como a Virgínia lhe chamou. E aparecia na mesma o meu nome na capa, em letras grandes: Rúben F. Que era para essa gente ver... A Virgínia também o poderia escrever por mim. Ofereceu-se até. Mas eu recusei: Eu escrevo e a Virgínia lê depois, para me dizer o que acha... Não disse que era para me corrigir os erros ortográficos e meter pelo meio umas quantas frases daquelas que ela sabe escrever e que dão estilo ao livro. Mas a Virgínia percebe. É o que gosto nesta minha secretária; sabe muito bem qual é o seu lugar. É doutorada em filosofia e há dias perguntei-lhe o que achava desta mudança no mundo: dantes eram pessoas como eu, com poucos estudos, que eram secretárias dos doutores; agora eu tinha uma secretária pessoal doutorada em filosofia... A Virgínia respondeu como eu esperava: O que importa é o que uma pessoa sabe e não os seus graus académicos... E mais umas coisas naquela conversa bonita que ela sabe falar, sobre sucesso, relações de poder, patati patatá. Mas mandei-a calar. Poder? Percebo eu!

Andei muitos dias pensando sobre o que seria o meu livro. Poderia falar das minhas empresas, de como tinha começado do nada e tinha agora tudo isto. Mas não queria dar trunfos aos meus adversários ensinando-lhes a arte de vencer nos negócios. E as melhores coisas nem as poderia revelar. Ainda ia preso... Também não queria escrever um livro sobre mim, para não me chamarem vaidoso. Foi então que veio o Eusébio Sebastião e começou a lamber-me as mãos. E tive a ideia: vou contar a história do meu cão, Eusébio Sebastião! É um herói, o Eusébio. Era um rafeiro sujo, feio e macilento, com um dente canino partido (e um cão sem um canino nem chega a ser cão...). Mas venceu na vida e agora é um cão completamente diferente. A minha mulher disse uma vez: Rúben, a este cão saiu-lhe a sorte grande! Mas eu atalhei: Nada disso, Albertina! É um cão sobrevivente; viu a oportunidade e filou-a. Lutou pela vida. Apanhou muito pontapé mas triunfou. Gosto disso.

A minha mulher não sabe nada da vida, coitada. Mas é ótima a comprar sapatos e toilettes. E quando se arranja parece uma atriz. Vou muito a concertos e a exposições só para mostrar a Albertina. E a restaurantes bons. As pessoas olham para ela e pensam logo: Quem será aquele sujeito com uma mulher tão bonita? Mas é inútil falar com a Albertina de certos assuntos. Para isso tenho a Virgínia, a minha secretária. E a Virgínia disse logo que a vida do Eusébio Sebastião dava pelo menos um bonito conto. É o que faz uma excelente secretária; percebe logo o valor das minhas ideias.

O rafeiro encontrei-o num dos meus passeios na falésia. Foi o que gostei nesta urbanização de luxo, tudo gente de dinheiro velho, grandes famílias: tem este carreiro muito bem arranjado, sobre o mar, que é o circuito de *jogging* da Quinta da Falésia Grande, como eles lhe chamam. Piso não-sei-quê, flores por todo o lado, tabuletas a indicar os percursos. Muito bonito. Andam sempre por aqui umas velhinhas magras de fato de treino, muito esticadinhas. E criadas de farda, em pequenos grupos, que passeiam os cãesinhos e riem alto. Há também sujeitos gordos a estoirar, arfando, com os seus fatos de treino coloridos e uma tira de pano inútil amarrada na cabeça. E claro, há mulheres novas que querem ficar mais bonitas, correndo.

Dá gosto vê-las... Eu também me visto para caminhar. Mas prefiro um bom sobretudo, agora no inverno, daqueles que a minha filha Clarissa me escolhe (a Clarissa é ótima a escolher roupa para mim), sapatos italianos, luvas de pele. Não sou desses de suar para nada. Suar, já suei muito na vida; mas a trabalhar. O que gosto é de caminhar enquanto penso nos negócios. E aqui na falésia é bonito. A Virgínia uma vez até deu um nome a este exercício de pensar a caminhar: passos peripatéticos. E percebi logo pelo seu sorrisinho de secretária doutorada que a Virgínia me estava corrigindo qualquer coisa. É um achado, esta secretária! Entrei no jogo: Diga lá, Virgínia. E ela: É um pleonasmo dizer que andei pensando nisto ou naquilo. Não se pode usar o verbo andar nessa construção, senhor Rúben. Ah é? Mas acabou de dizer que andar pensando chama-se peripatético. Afinal está certo! A Virgínia embatucou. Peripatético! Que nome disparatado. Coisas de filósofos...

Pois o rafeiro rosnava, com os beijos muito arreganhados, mostrando o seu único canino. Muito ridículo, mas com os olhos vivos a analisar a situação. Um sobrevivente, pensei logo. E fiquei a ver como o Eusébio Sebastião, que nessa altura ainda era só um rafeiro feio e sujo, resolvia o lance. Os dois empregados da urbanização tentavam à vez apanhá-lo, um de cada lado. Mas tinham medo do canino único do Eusébio Sebastião e do seu aspecto de cão vadio, talvez com raiva, sarna, esgana, ou sei lá o que mais. Ao largo, a mulher do meu vizinho, de fato de treino cor-de-rosa, agarrava a sua cadelinha contra o peito, ambas muito nervosas. Este meu vizinho é um figurão, desses que andam sempre nos jornais e aparecem todas as semanas na televisão. Mal me cumprimenta. E fiquei a ver o desenrolar da cena. Dantes, quando era criança, gostava de ver as cobras de água a apanharem rãs no pego da Fonte Santa, onde as mulheres lavavam a roupa. A cobra nadava silenciosamente e filava a rã, quase sempre por uma pata. E depois enrolava-se nela, lentamente, abraçando-a em anéis sucessivos, cada vez mais apertados, até a matar. Só depois engolia a rã. Demorava muito tempo e eu ficava a ver. Às vezes apetecia-me salvar a rã. Pegava numa cana e batia na cobrinha, que desenrolava rapidamente o novelo. E a rã fugia. Os meus amigos gritavam-me de longe para ir jogar à bola, enquanto as nossas mães lavavam a roupa. Ou brincar aos índios e aos cowboys. Mas eu ficava por ali. Salvava o batráquio, se me apetecia, ou então decidia que a cobra tinha de comer e deixava-a asfixiar a rã. Também gostava de ver os carreiros das formigas e às vezes escolhia uma das mais carregadas e levava-a pelos ares até à entrada do formigueiro, poupando-lhe a viagem. Ou esmagava uma louva-a-deus que atacava uma joaninha. Era bom brincar a ser Deus.

Alto lá que esse cão tem dono! E fiquei cá de longe a gozar a cara dos empregados, pasmados, sem perceberem o que se estava a passar. Tinham finalmente agarrado o cão mas este continuava a debater-se e a rosnar. Um lutador. Pareceu-me que o queriam meter dentro da carrinha em que se tinham deslocado até aquele ponto do carreiro, mas nem nisso os incompetentes se entendiam. Aproximei-me. O que se passa aqui? Perguntei-lhes com ar severo, mas por dentro ria-me das suas caras, cada vez mais embasbacadas, talvez por causa do meu sobretudo, dos meus sapatos italianos, das minhas luvas de pele. Estas coisas boas impressionam. Disso sei eu... E nisto: O que está a fazer, senhor...? Era a delambida da mulher do meu vizinho, o figurão, a interpelar-me, prolongando a frase como se subitamente se tivesse esquecido do meu nome. O que está a fazer? Não sabe que esse cão está doente, tem de ser abatido? Veio-me de repente aquele prazer antigo de quem bate com uma cana numa cobra de água para salvar a rã. Ou de quem leva pelos ares uma formiga que escolheu, diretamente para a entrada do formigueiro. Ai querem mandar abater o cão? Pois enganam-se; este cão é meu! E levantei a voz para os empregados: Levem-no na vossa carrinha e deixem-no na minha casa. E fechem bem o portão para ele não sair de novo!

Interrompi a caminhada e voltei para casa antes que a Albertina mandasse o jardineiro expulsar o cão. Saboreava o momento, enquanto caminhava. A cara da mulher do meu vizinho, tão enjoadinha, mal segurando a cadelinha, que desatara a ladrar, excitada, talvez sentindo a novidade do cheiro a cão vadio. E agradava-me a ideia de ter um cão rafeiro e feio que desarranjasse a cadela do vizinho, o figurão. Os empregados dobraram-se pela cintura quando lhes passei para as mãos duas notas de vinte: Sim, senhor Ruben, fique descansado. E desculpe, não sabíamos que o cão era seu...

Mas de que massa é feita esta gente? Eu nunca aceitei gorjetas, nem quando vivia na aldeia e andava descalço. Uma vez a mulher do doutor António Colaço mandou-me fazer um recado e quis dar-me dez tostões. Mas eu recusei: Não é preciso, senhora dona Rosa. Mas se me deixar vender os seus leitões na feira dos Vinte e Três verá que os vendo muito melhor do que o seu caseiro... A dona Rosa riu-se. Gostava de mim, talvez por não ter filhos ou pelo meu ar espevitado, mas sempre muito respeitador. E dizia ao marido: Esta criança, se tivesse outra criação, ia longe. E bem posso agradecer à dona Rosa. Anos mais tarde, já eu era um latagão, entregou-me a venda de uma ninhada de bácoros. Achou muito esquisito que eu os lavasse muito bem com uma mangueira e limpasse impecavelmente o carrão que os levava à feira: Os olhos é que comprem, senhora dona Rosa. Podem ser porcos, mas comigo são vendidos imaculadamente limpos. E quando viu o resultado da venda repetia ao marido: Eu não te digo, António? Este rapaz, com outra criação, ia longe... Tens de ajudar o Rúben! Mas o bom do doutor Colaço era apenas um advogado que tinha casado rico. A dona Rosa é que tinha as

herdades. Dinheiro velho. Cada despesa era pensada e repensada. Sempre tudo muito bem contado. Aprendi muito. E foi a dona Rosa que me ajudou a começar. Vender bem. Disso percebo eu. Saber o que os outros precisam, adivinhar-lhe os desejos. Estar atento. Comprar aqui e vender ali. Comprar por dez e vender por cem. Ganhar dinheiro, disso percebo eu.

Eusébio... porque é um campeão... da sobrevivência. E Sebastião porque soa bem. O meu cão tem de ter nome e sobre-nome: Eusébio Sebastião. A Virgínia preenchia a papelada e ia-me fazendo as perguntas: nome, raça, ascendência, raças dos pais, datas de nascimento e uma infinidade de coisas. Tinha-a mandado saber o que era necessário para legalizar o cão e ela meteu-se no computador e descobriu tudo num instante. Não há dúvida; uma secretária particular doutorada é outra coisa. Ficha de registo do animal, licença, boletim sanitário, ficha de *microchip*, dados para registar num sistema electrónico qualquer, desses que agora vigiam tudo. Este mundo está louco. A Virgínia mostrou-me uma imagem do *microchip* no ecrã do computador. É um baguinho de arroz que é metido dentro da pele do pescoço do animal e que tem um código que permite saber tudo sobre o cão. E sobre o dono. Se o animal se perder conseguem saber que lhe pertence, senhor Rúben. A Virgínia gosta destas coisas electrónicas, das Internets, bits e facebooks, e acha tudo isto muito natural. Eu também percebi logo que isso da Internet era ótimo para ganhar dinheiro, mal essa coisa apareceu. E tudo o que serve para ganhar dinheiro me interessa. Mas não gosto da ideia de qualquer dia meterem um *chip* debaixo da pele uma pessoa. Disse isto à Virgínia, e ela: Não é preciso, senhor Ruben. Bastou inventarem objetos que as pessoas não largam de modo nenhum; telemóveis, carros, cartões de crédito. Tudo isso tem *chips*. Podem sempre saber onde as pessoas andam. É bem mais fácil do que meterem os *chips* na pele ou nas orelhas das pessoas.

O Eusébio não gostava da trela. É um bom sinal, pensei. Torcia-se e tentava libertar-se com as patas. Dei-lhe dois puxões e ele percebeu logo quem mandava. Bicho inteligente. Hesitei se o devia meter no carro por causa das pulgas. Pelo sim, pelo não, disse ao Pedro, o meu motorista: Depois aspiras bem o carro e lavas tudo. E agora vamos a essa clínica veterinária que a Virgínia te indicou. Quase tive de me zangar com a Virgínia, que insistia em tratar de tudo, da legalização do animal: Há coisas que a gente manda fazer e há outras que temos de ser nós. Saber a diferença é uma arte, doutora Virgínia. Ela sabia bem que quando a tratava por doutora era para pôr um ponto final no assunto. Como quem dá dois puxões a uma trela.

A rececionista da clínica veterinária olhou o cão desconfiada. E eu, antes que a mulher o quisesse enxotar: Este é o Eusébio Sebastião. É um cão abandonado mas eu decidi adoptá-lo. Ia ser abatido... Usei a palavra certa, abandonado, e acenei-lhe com a ideia do abate iminente do animal. Receita infalível. É como nos negócios; o que é preciso é dizer o que o cliente quer ouvir: Que atitude louvável, meu senhor! Veio ao local certo; vamos já tratar do Eusébio Sebastião.

E tratar era a palavra certa. Vieram primeiro duas rapariguinhas de bata que levaram o Eusébio para um banho e para a tosquia. Eu via através de uma enorme vidraça o bicho quase a adormecer nas mãos das raparigas. Todo ensaboado, o safado gostava da água quente e da sensação de se libertar da sujidade. E das pulgas. Como no dia do meu exame da quarta classe. A senhora dona Rosa mandou a Alzira buscar-me a minha casa. Eu não gostava da Alzira, a criada de dentro da senhora dona Rosa. Mas nesse dia os seus modos enérgicos, brutos, a esfregar-me naquela banheira enorme, com muito sabão e água quente, quase me pareceram carícias. Nunca tinha tomado banho numa banheira, todo metido dentro de água, sem passar frio. Lá em casa tínhamos um alguidar de zinco em que nos lavávamos. Coisa rápida. Se a Alzira deixasse teria ficado na banheira a amolecer, só com o nariz de fora, até que a água arrefecesse. Mas a Alzira praguejava: Estas manias da dona Rosa... Não se vê que gostam é de andar encardidos? Foi o que disse quando bateu à porta da nossa casa e chamou a minha mãe: Venho buscar o Rúben. Não está apresentável para o exame da quarta classe! Está todo encardido, é uma vergonha! E a minha mãe, de cara fechada, empurrou-me para a seguir, sem dizer uma palavra. A Alzira era uma pobretana como nós. Pior, uma criada de servir. Mas tinha prazer em nos humilhar. Conheço bem isso... O contrário da dona Rosa, que apareceu no final do banho e me secou com a enorme toalha em que a Alzira me tinha embrulhado: Rúben, trago-te aqui roupa nova para vestires. E uns sapatos. Tens de ir bonito. E pôs uma camisa branca e um fatinho azul em cima do banco comprido: A tua mãe deu-me as medidas; deve estar-te bem! Os sapatos são grandes mas é para encheres a biqueira por dentro com jornais. São sapatos para muitos anos... E fui de fato para o meu exame da quarta classe. Passei com distinção! De fato azul, o meu primeiro fato, camisa branca e lacinho grená. E uns belos sapatos castanhos, três números acima. A senhora dona Rosa deu-me o nó no lacinho e penteou-me. Os últimos retoques: Agora vai dar um beijo à tua mãe; e não te atrases para o exame! Aprovado com distinção! Sem favor. E a dona Estrela, a regente: Que pena esta criança não ser aproveitada. Se ao menos seguisse para o seminário...

Esta casca que nos envolve é o diabo... A embalagem. Disso sei eu; a embalagem vende muito. O Eusébio parecia outro. Tinham-me perguntado como queria a tosquia e eu disse para lhe cortarem o pelo como se fosse um cão de água. O rafeiro tinha, de facto, traços de cão de água; porte médio, pelo comprido meio encaracolado, olhos vivos. Nascimento rafeira só nas manchas castanhas e brancas que lhe davam um ar sujo. Mesmo agora, que estava impecavelmente limpo. Há manchas que nunca saem. É o diabo...

O veterinário, muito novinho, falava com o Eusébio enquanto o observava. E o cão seguia-lhe os movimentos, desconfiado com as seringas. O safado percebeu logo que aquilo picava. Bicho esperto. Mas não tugiui quando lhe deram a injeção da vacina nem quando lhe enfiaram o desparasitante pela goela abaixo. Ganiu apenas com a grossa agulha que lhe injetou o *microchip* numa prega da pele do pescoço. Mas aguentou-se. Sabia que estavam a tratar dele. Magro, mas em excelente forma, concluiu o veterinário. E passámos à papelada que eu tinha preenchido com a Virgínia: Eusébio Sebastião, rafeiro com ascendente de cão de água português. Muito bem! Filho de Margarida Vitória, cão de água português, e de pai incógnito. E nas observações: Margarida Vitória, uma cadela pura, parente remota de Bo, o cão de Barack Obama. E o veterinário: Quer mesmo que isto fique na ficha de registo do animal...? Claro! O cão foi abandonado mas tem direito à sua linhagem. Fica mesmo assim!

Não há dúvida, a casca é que conta. O Eusébio era outro. Só era pena aquele esgar ridículo que lhe estragava o focinho quando nos fitava com os seus olhinhos vivos: Não dá para pôr um dente falso no animal? O veterinário olhou-me surpreendido. E iniciou de imediato uma aula sobre implantes dentários em cães. Tantas possibilidades: A clínica tinha até um especialista em odontologia de canídeos e felinos. Tratariam de tudo e Eusébio Sebastião sairia dali com a dentição perfeita. Era, na verdade, um pouco caro... Ainda pensei em brincar com o jovem veterinário e dizer-lhe que queria que metessem um pivot de ouro para substituir o dente partido. Mas não quis abalar o seu entusiasmo com uma sugestão bizarra. Tenho uma certa ternura pelas pessoas que gostam do que fazem, que se entusiasmam. É assim que escolho os meus empregados; se lhes encontro gosto pelo trabalho têm tudo comigo. E fiquei a ouvir o jovem veterinário: O único problema é que essas intervenções têm de ser feitas todas de um vez e por isso requerem anestesia geral. O Eusébio Sebastião tem de ficar internado uns dois dias. A menos que... Interrompi-o: Está decidido, senhor doutor! O animal fica cá. E vi-lhe nos olhos que gostou que o tratasse por senhor doutor. Sempre achei que os veterinários são desconsiderados só porque tratam de animais. O doutor Morais, quando ia a casa do doutor Colaço ver algum doente, era sempre tratado nas palminhas: Senhor doutor aqui, senhor doutor ali. Cálices de vinho do Porto e biscoitinhos. O doutor Ferreira, o veterinário, chegava e ia direito à casa do caseiro ou ao estábulo. E lá ficava a noite inteira a ajudar uma vaca a parir um bezerro que estava atravessado. Aquilo metia impressão. E quando salvava o bezerro o doutor Ferreira chorava e ria como uma criança. E ficava com o caseiro a comer chouriças e a beber copos de vinho tinto. Excelente veterinário, o doutor Ferreira. Mas não sabia ganhar dinheiro. Eu achava aquelas façanhas de salvar bezerros em partos difíceis muito superiores às apalpadelas na testa e ao estetoscópio do doutor Morais. Mas percebi logo que o que interessa não é a dificuldade do que fazemos mas o valor que os outros lhe dão. Disso percebo eu.

Deixei o Eusébio na clínica e mandei a Virgínia levar a papelada à junta de freguesia para registar o animal e terminar o processo. A Virgínia deu um daqueles sorrisinhos que eu conheço quando lhe passei os papéis para as mãos. Mas eu atalhei: Doutora Virgínia...! É um achado, esta secretária. Tem licenciatura, mestrado e doutoramento em filosofia. No fundo, os mesmo cursos que eu tenho, só que eu aprendi tudo na escola da vida. Muito pontapé... A vida também me ensinou gestão e técnicas de vendas. No fundo, para que servem os cursos se nos falta ambição? Já pensei inscrever-me num curso qualquer para ver como é. Não tenho tempo... E não preciso de graus como esses idiotas que andam aí pelos jornais e que compram cursos. Mas sempre gostava de saber o que lá se aprende que eu não saiba ou não possa comprar. Se preciso de alguém que fale inglês, tenho. Se preciso de alguém que saiba de computadores, tenho. Se preciso de alguém que saiba de direito, tenho. E tenho a Virgínia que lê romances por mim e me faz os resumos. E nos jantares ou nas receções falo de literatura, deste e daquele autor, conto pormenores: Não sei como o senhor Rúben tem tempo para ler tanto, com todos os seus negócios... Dá-me prazer ouvir isto. E a Virgínia vai sempre comigo às reuniões. Anota tudo, lê antecipadamente o que é preciso ler e faz-me os sumários executivos, como ela lhe chama. Fala inglês e francês na perfeição (espanhol, falo eu). Com a Virgínia a meu lado eu tenho os cursos que quero. E ainda há idiotas que dizem que o saber não se compra. Ai não, não compra!...

Eusébio tinha agora a dentição completa. Um prodígio de odontologia canina. Perdera o esgar de sorriso estragado quando nos fitava com os seus olhinhos vivos e espertos. E se rosnava, mostrava quatro caninos perfeitos. Impunha respeito. Até a Albertina, que me acompanhou à clínica quando o fomos buscar, simpatizou com o bicho: Afinal, Rúben, dizias que o cão era um rafeiro feio, mas é um cãozinho muito simpático.

E o safado tomou conta do seu lugar rapidamente. Ficava do lado de dentro do jardim e ladrava ferozmente a todo o bicho que passava. Adorava passear comigo pela falésia. Normalmente soltava-o da trela e o Eusébio corria à minha frente, farejando tudo. Uma inteligência a interpretar os movimentos e as situações, sempre que se cruzava com outros cães ou com desconhecidos. Era agora um cão burguês, mas não perdera o instinto de sobrevivência, as duras lições da vida. Gosto disso. Afeiçoei-me ao animal. Engraçado, lidei com tanta bicharada na aldeia, quando era pequeno, mas nunca me deu para arranjar nenhum animal de estimação. Só o Eusébio. Fazia-me companhia nos meus passeios peripatéticos, enquanto meditava nos negócios mais complicados. Às vezes a Virgínia acompanhava-nos, para tomar notas. Gravava tudo no seu iPhone e depois mandava-me os resumos escritos. Esta secretária é um achado. De vez em quando metia também uma foto do Eusébio no email em que me mandava os resumos das nossas reuniões peripatéticas. Ou um pequeno filme feito no seu iPhone. O Eusébio também tinha conquistado a Virgínia. Só a delambida da mulher do meu vizinho é que continuava a fingir que o Eusébio ainda era o rafeiro feio de outros tempos. Não engole que o animal agora é outro. No fundo, estas coisas dão-nos prazer. Como a cara da Alzira, quando fui ao funeral do doutor Colaço, já eu era um homem bem sucedido. Estacionei o Mercedes mesmo em frente da casa dela, por pirraça. E ouvi entredentes: Aquele ainda deve meter jornais por dentro da biqueira dos sapatos. Dirigi-me à Alzira, com o meu sobretudo preto, sapatos italianos, luvas de pele, como se nada fosse. Como quem esmaga uma louva-a-deus ou ajuda uma formiga a levar um grão de trigo: Grande perda, Alzira! A dona Rosa deve estar inconsolável. E tirei da carteira um punhado de notas e entreguei-lhe: É para os teus netos, Alzira.

A cadelinha *yorkshire terrier* da mulher do vizinho fascinava Eusébio Sebastião. O bicho, muito esperto, percebia que aquilo era material fino, inacessível. Às vezes pulava a vedação que separava os jardins das duas habitações e instalava o terror no outro lado. Na mulher do vizinho, bem entendido, já que a cadelinha pouco se importava com o passado de cão vadio de Eusébio Sebastião. E a delambida passou a prender a cadelinha dentro de casa para a manter a salvo das visitas do Eusébio. Uma vez em que a cadela esteve com o cio foi um pandemónio. O Eusébio gania deste lado e tive de mandar o jardineiro passear o cão, antes que a Albertina ficasse com um ataque de nervos. O cão a ganir ainda se aguentava, mas a Albertina aos gritos era demais...

Naquele dia, quando cheguei do escritório, havia um grande alvoroço em frente da casa do vizinho. Ainda vi o figurão esticado numa maca, branco como a cal da parede, a ser metido numa ambulância. O Eusébio Sebastião saltitava por ali, excitado. A polícia falava com o meu jardineiro. E este, mal me viu, agarrou-se a mim como um náufrago se agarra a uma tábua: Ah, senhor Rúben, nem imagina o que aconteceu!... Baixava a voz, olhando de largo para os polícias. Medos antigos. Como na feira dos Vinte e Três, lá na aldeia. O cabo Faria, fardado, a passear-se de cavalo marinho na mão, dando pequenas chicotadas na polaina da bota, para impor respeito. E o meu jardineiro: Já contei tudo aos senhores polícias; se não fosse o Eusébio, senhor Rúben, o Doutor aqui do lado ia desta para melhor. E vamos ver se escapa...

O Eusébio era um herói! Instrumento do destino, como todos os heróis. As televisões fizeram o resto. Na semana seguinte, já recuperado, o figurão explicou às televisões e aos jornais o mistério do seu internamento hospitalar: Um episódio agudo de hiperglicemia agravado por forte desidratação. Por azar estava sozinho em casa, com toda a família no Algarve. Teria morrido se não me tivessem encontrado. Devo a vida a um nobre animal... E, em resposta a um jornalista, lamentou a onda de boatos que se tinha levantado: Tentativa de suicídio, drogas, negócios escuros, de tudo um pouco. Era a triste sina das figuras públicas... Por três vezes Eusébio, o cão do meu vizinho, um grande empresário deste país, por sinal, foi ladrar e arranhar à porta das traseiras de minha casa. Até que atraiu a atenção do jardineiro. Estou muito grato a todos...

As televisões não largaram o osso. Descobriram, não sei como, que o Eusébio tinha sido um cão abandonado. Que esteve quase a ser abatido. E queriam entrevistar-me. Mas eu mandei-os entrevistar o Eusébio Sebastião. Esta gente julga que andam todos desejosos de aparecer na televisão... Filmaram-no a correr no jardim e a brincar com a cadelinha *yorkshire terrier* da mulher do meu vizinho. Até o jovem veterinário da clínica apareceu a explicar as características do cão de água português, que era a raça de Bo, o cão de Obama, um primo remoto de Eusébio Sebastião.

A Virgínia disse que eu devia aceitar a Comenda. E eu: Posso sempre pô-la na coleira do Eusébio; afinal de contas, é ele que a merece. E colocando a voz: Por insistir em farejar três vezes o cio da cadela do vizinho e ganir-lhe à porta, Comendador Eusébio Sebastião!... Mas calei-me ao ver o seu olhar reprovador. É um achado esta secretária... O meu vizinho agora cumprimenta-me muito bem. Quando nos cruzamos nos passeios pela falésia faz sempre uma festa demorada ao Eusébio: Senhor Rúben, estou a pensar sugerir ao Presidente da República que lhe dê a Comenda da Ordem

do Infante D. Henrique. A sua atividade empresarial tem sido de grande relevo para o país. E puxando-me o braço, em tom mais baixo: Também apreciei muito a sua discricção e ajuda quando foi da minha doença... Escusei-me: Oh! Senhor Doutor, não mereço tal honra...

Continuo a não confiar no figurão. Mas há dias telefonaram-me da presidência da república dizendo que o Presidente me queria dar a Comenda. Não é que me desagrade a ideia de levar a Albertina à cerimónia. Muito bem vestida... fará um vistão. Ou de me passarem a chamar Senhor Comendador. Gosto disso. Mas eu nunca aceitei gorjetas, nem quando vivia na aldeia e andava descalço. Habituei-me a ser eu a dar, a pôr e a dispor. De qualquer modo, uma Comenda...

Estive a pensar e já não vou escrever o conto sobre o meu cão Eusébio Sebastião. Vou escrever um livro! A Virgínia pareceu surpreendida mas apoiou logo a minha ideia. É disso que gosto nesta secretária... E para a provocar: O meu livro vai ser sobre as pessoas inteligentes e muito bem preparadas, mas a quem falta ambição. A Virgínia deu um daqueles sorrisinhos que eu bem conheço. Mas eu atalhei logo: Doutora Virgínia!... O que quero dizer é que me fascina que sejam os espertos deste mundo a ter poder. Muitas vezes nem têm inteligência nenhuma; só ambição e esperteza. Vou escrever um livro sobre poder, sobre vencer na vida, sobre ambição. Sobre as tristezas e as alegrias deste mundo. Um livro como esses que a Virgínia lê por mim e me resume, com personagens e vidas inventadas. Mas vou dar-lhes nomes, formas, voz. Existência. Brincar a ser Deus? Disso percebo eu.

* Henrique Carmo Madeira nasceu em Odemira em 1960. Filho de algarvios, cresceu em Cacela, junto ao mar, no extremo da Ria Formosa. É engenheiro e professor universitário, tendo sido Vice-Reitor com responsabilidade nas áreas de avaliação, qualidade e inovação, novos públicos, inovação e transferência de saber e comunicação e imagem, entre 2009 e 2013. Publicou centenas de artigos científicos e de ensaios, mas tem como grande desafio escrever. O seu primeiro conto - *Uma Montra em África* -, publicado em 1994, foi Prémio Joaquim Namorado, e o seu mais recente livro - *Contos Infalíveis* -, onde se insere o conto *Eusébio Sebastião*, venceu o X Prémio Nacional do Conto Manuel da Fonseca e foi editado pela Colibri.

dez tesouros

da Biblioteca Geral
da Universidade de Coimbra

JOSÉ AUGUSTO BERNARDES *



[Bíblia latina] [Manuscrito]. [11–] 3 vol. (615 f.) (2 col., 37-40 l.): perg., ilum. color ; 520x360 mm. Ms. 3088-3090

Três volumes sobreviventes de um total de quatro, conhecidos como “bíblia atlântica”. Letra carolina de várias mãos, do último terço do séc. XII. Iluminuras a cores com folha de ouro e de prata, figuras humanas e animais fantásticos.

[Bíblia hebraica] [Manuscrito]. [146?-148?]. [385] f., (3 colns., 32 l.), enc. : perg., ilum.; 278x227 mm. Cofre 1

Letra hebraica quadrada, do tipo sefardita. Com sinais massoréticos e entoações. Decoração muita económica de cores, motivos de uma gramática decorativa claramente peninsular, de influência mourisca, atribuível à escola de calígrafos hebraicos da Andaluzia.

Camões, Luís de, 1524?-1580
Os Lusíadas. Lisboa: em casa de Antonio Gôçalvez, 1572. [2], 186 f.; 4°; 20 cm.

Cofre 2
É a primeira edição, conhecida por «Ee». Adquirida pelo Estado português, em 1942, e oferecida à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC).

Castro, D. João de
[Tavoa dos lugares da costa da Índia] [Manuscrito]. [15–] 1 álbum (63 f.) : todo il.; 430x290 mm. Cofre 33

Apesar do título (retirado da lombada da obra), este álbum junta as tábuas que ilustravam dois roteiros de D. João de Castro: o do Mar Vermelho e o da Índia. É o único com esta característica e uma das melhores cópias que se conhecem da época.

Livro de lembranças dos planetas repartido em quatro tratados. [Manuscrito]. [1593]. [151]

f.: papel, il. 73 desenhos a sepia e aguarelados, dos quais 13 com diagramas móveis; 279x190 mm. Ms. 440
Manuscrito laboriosamente pintado por um “eremita” do mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa, todavia atualizado em conhecimentos astronómicos/astrológicos. Contém várias “máquinas” de papel (aliades) com peças móveis, para fazer cálculos, algumas já incompletas.

Sande, Duarte de, 1531-1600
De missione legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam, rebusque in Europa, ac toto itinere animadversis Dialogus. In Macaensi portu Sinici: in domo societatis Iesu, 1589.

[8], 412, [24] p. ; 4° (22 cm)
Versão A segundo M. Cadafaz de Matos.
R-13-17
O primeiro livro original impresso com caracteres europeus em Macau, na China. Uma pequena tipografia tinha ido de Portugal levada pelos jesuítas que nela reimprimiram um livro conhecido “Christiani pueri institutio” (1588) e este original, em 1589-1590. Desta versão, de 1589, só se conhecem dois exemplares.

[Bíblia Sacra Latina]. Maguntã : Iohez Fust et Petrũ Schoiffher de gernsheym, 14 agosto 1462. 2 vol. (242, 239) f.: il. ; 2°.
Cofre 24
Bíblia latina de 48 linhas, o primeiro impresso a conter a data, o local e o nome dos impressores, foi dada à estampa pelos sócios de Gutenberg, Johannes Fust e Petrus Schoeffer. É também o primeiro livro na história da imprensa ocidental a conter uma marca de impressor.

Ribeiro, Bernardim, 1482-1552 -
Hystoria de Menina e Moca [sic] ... : agora de nouo estampada, e cõ[m] summa deligencia emendada: e assi algu[m]as Eglogas suas com ho mais que na pagina seguinte se vera.

[Colónia]: Arnold Birckman, 1559. CLXXI, [i.e. 167] f. ; 8° (14 cm). Cofre 49
Raríssima terceira edição, mas mais conforme à princeps (de Ferrara), impressa por Abraão Usque. Guardada em cofre de madeira romântico, pertenceu à coleção do Comandante Ernesto de Vilhena.

Torriani, Leonardo, 1560-1628
Alla Maesta del Re Catolico, descrittione et historia del regno de l'isole Canarie gia dette le Fortvnate con il parere delle loro fortificationi [Manuscrito]. [ca. 1590-1594] 1 br., [1], 114 f., 1 br.: papel, il., color. ; 235x414 mm.

Ms. 314
Relatório redigido entre 1590 e 1594 pelo Engenheiro Leonardo Torriani ao serviço de Filipe II, é certamente a obra mais relevante sobre o urbanismo das ilhas Canárias, no final do século 16.

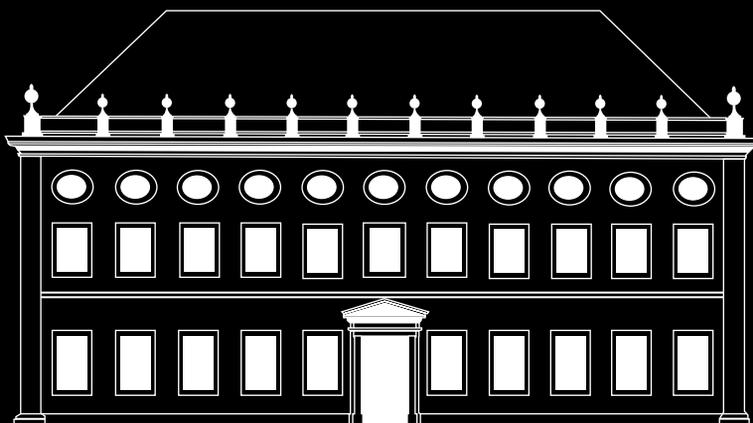
Ludolfo de Saxónia, ca. 1300-1377
A primeira[-quarta] parte do livro De Vita xpo. Lixboa: per Nicolao de Saxonia y Vale[n]tyno de moravia, 1495. 2 vol. (4 partes) : il. ; 2° ; 34 cm. R-67-1/2

Considerado o mais rico incunábulo português, em dois volumes. Para a sua impressão houve que abrir gravuras originais, comprar tipos e gravuras em Espanha e importar papel. Foi edição patrocinada pela rainha D. Leonor de Lencastre e seu marido D. João II.

61

62

RL #45 | AO LARGO
LUGAR DOS LIVROS



IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

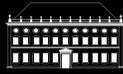
CATÁLOGO DE LIVROS IMPRESSOS DISPONÍVEL EM

<http://livrariadaimpresa.uc.pt>

**Desde 1772, a dar ao mundo
as melhores razões para ler**

CONHEÇA O ACERVO DIGITAL COMPLETO DA UC DIGITALIS EM

<https://digitalis.uc.pt>



D O C U M E N T O S



E N S I N O



I N V E S T I G A Ç Ã O

Arquitetura

COLECCÃO



CAMONIANA

Ciências da Saúde

Ciências e Culturas

classica digitalia
UNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS

DESCOBRIR AS
CIÊNCIAS

coleção
dramaturgia

Estado da Arte

[ESTUDOS: Humanidades]

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

li

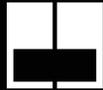
NATURA NATURATA

O L H A R E S

PORTVGALIAE

MONVMENTA NEOLATINA

REPÚBLICA



EMPREENDEADORISMO E GESTÃO

THEKE



Coimbra Companions



ΦDEIA

Geografias

RISCOS
E CATÁSTROFES

Título: *Vasos Gregos da Coleção D. Manuel de Lancastre*

Autores: Rui Morais e Rui M. S. Centeno

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coleção *Classica Instrumenta*
Coimbra 2015

Título: *ATAS das I Jornadas Lusófonas*

de Ciências e Tecnologias de Informação Geográfica

Editores: José Gomes dos Santos, Cidália Fonte,

Rui Ferreira de Figueiredo, Alberto Cardoso,

Gil Gonçalves, José Paulo Almeida e Sara Baptista

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2015

Título: *A receção dos clássicos em Portugal e no Brasil*

Coordenadores: Maria de Fátima Silva

e Maria das Graças de Moraes Augusto

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Classica Digitalia*

Coimbra 2015

Título: *As Mulheres perante os tribunais*

do Antigo Regime na Península Ibérica

Autores: Isabel M. R. Mendes Drumond Braga

e Margarita Torremocha Hernández

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Investigação*

Coimbra 2015

Título: *Guerra e Poder na Europa Medieval*

Autores: João Gouveia Monteiro, Miguel Gomes Martins

e Paulo Jorge Agostinho

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Investigação*

Coimbra 2015

Título: *Media & Jornalismo, n.º 27, Vol. 15, n.º 2*

Diretora: Estrela Serrano

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Revista*

Coimbra 2015

Título: *Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar*

Organização: Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra/Fundação Calouste

Gulbenkian/Editora da Universidade Federal Fluminense

Coleção *Olhares*

Coimbra 2015

Título: *A Universidade de Coimbra - 2ª edição - Quadrilíngue*

Autores: Luís Reis Torgal e Pedro Dias

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra 2015

Título: *A Cruz, o gládio e a espada: representações da História no cinema de Cecil B. DeMille*

Autora: Elsa Maria Carneiro Mendes

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Investigação*

Coimbra 2015

Título: *Sufrimentos de amor*

Autor: Parténio

Tradução do grego, introdução e comentário:

Reina Marisol Troca Pereira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

/ Annablume

Coleção *Classica Digitalia*

Coimbra 2015

Título: *Obras de Maria Helena da Rocha Pereira. Vol. V. Estudos sobre Roma Antiga: A Europa e o Legado Clássico*

Autora: Maria Helena da Rocha Pereira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

/ Fundação Calouste Gulbenkian

Coimbra 2015

Título: *Resumo Documental: uma incursão à (des)construção concetual na literatura científica*

Autora: Maria da Graça de Melo Simões

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Ensino*

Coimbra 2015

Título: *Helena*

Autor: Eurípidés

Tradução do grego, introdução e comentário:

Alessandra Cristina Jonas Neves Oliveira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

/ Annablume

Coleção *Classica Digitalia*

Coimbra 2015

Título: *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, Vol. XXVIII*

Diretor: José Pedro Paiva

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Revista*

Coimbra 2015

Título: *Biblos n.º 1, 3ª série*

Diretor: José Pedro Paiva

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Revista*

Coimbra 2015

Título: *Assessment Methodologies:*

energy, mobility and other real world application

Autor: Pedro Godinho e Joana Dias

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra 2015

Título: *Sabores e segredos.*

Receituários Conventuais Portugueses da Época Moderna

Autora: Isabel Drumond Braga

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Classica Digitalia*

Coimbra 2015

Título: *Sociologia do risco:*

uma breve introdução e algumas lições

Autor: José Manuel Mendes

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Riscos e Catástrofes*

Coimbra 2015

Título: *Territorium, n.º 22*

Diretor: Luciano Lourenço

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Revista*

Coimbra 2015

Título: *Princípios de Genética Forense*

Autor: Francisco Corte-Real e Duarte Nuno Vieira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Ciências da Saúde*

Coimbra 2015

Título: *Roteiro do plane(j)amento estratégico: percursos e encruzilhadas do Ensino Superior*

no espaço da língua portuguesa

Coordenação: Margarida Mano

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Documentos*

Coimbra 2015

Título: *Do Sublime*

Coordenação: Dionísio Longino

Tradução do grego, introdução e comentário:

Marta Isabel de Oliveira Várzeas

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

/ Annablume

Coleção *Classica Digitalia*

Coimbra 2015

Título: *Grécia e Roma no Universo de Augusto*

Organização: Ana Maria César Pompeu

e Francisco Edi de Oliveira Sousa

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra / Annablume

Coleção *Classica Digitalia*

Coimbra 2015

Título: *Crónicas ao acaso*

Autor: J. J. Pedroso de Lima

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Documentos*

Coimbra 2015

Título: *Vida da Faculdade de Letras (2012-2013)*

Autor: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Documentos*

Coimbra 2015

Título: *Camões nos prelos de Portugal e da Europa (1569-2000): a Biblioteca Canoniana de D. Manuel II: a Biblioteca Canoniana da Fundação da Casa de Bragança*

Autores: José Augusto Cardoso Bernardes,

Hélio J. S. Alves, Isabel Almeida,

Maria do Céu Fraga, Rui Afonso Mateus,

Sheila Moura Hue, Thomas E. Earle,

Vanda Anastácio, A. E. Maia do Amaral,

Maria de Fátima Bogalho

e Maria José Otão da Silva Pereira

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra/Fundação

da Casa de Bragança

Coimbra 2015

Título: *A filosofia transcendental e a sua crítica.*

Idealismo, fenomenologia, hermenêutica

Coordenadores: Diogo Ferrer e Luciano Utteich

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Ideia*

Coimbra 2015

Título: *Terramoto de Lisboa de 1755.*

O que aprendemos 260 anos depois?

Coordenadores: Luciano Lourenço e Ângela Santos

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Riscos e Catástrofes*

Coimbra 2015

Título: *Entre a periferia e o centro:*

percursos de emigrantes portugueses qualificados

Coordenador: Rui Machado Gomes

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Investigação*

Coimbra 2015

Título: *Aristóteles em Coimbra.*

Cursus Conimbricensis e a educação no Collegium Artium

Autor: Cristiano Casalini

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Investigação*

Coimbra 2015

Título: *Revista Portuguesa de História, n.º 46*

Diretora: Maria Helena da Cruz Coelho

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Revista*

Coimbra 2015

Título: *Revista Portuguesa de Pedagogia, Vol. 49, n.º 1*

Diretora: Armanda Pinto da Mota Matos

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Revista*

Coimbra 2015

Título: *Revista de Estudos do Século XX, n.º 15*

Diretora: António Pedro Pita

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Revista*

Coimbra 2015

Título: *Território e saúde mental em tempos de crise*

Coordenação: Paula Santana

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra 2015

Título: *Opera Omnia - Tomo II - Epistolografia*

Autor: D. Jerónimo Osório

Tradução do latim: Sebastião Tavares de Pinho

e António Guimarães Pinto

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Portugaliae Monumenta Neolatina*

Coimbra 2015

Título: *Opera Omnia - Tomo III -*

Comentários aos provérbios de Salomão

Autor: D. Jerónimo Osório

Tradução do latim: Sebastião Tavares de Pinho

e António Guimarães Pinto

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Portugaliae Monumenta Neolatina*

Coimbra 2015

Título: *A fraude académica no ensino superior em Portugal*

Autores: Filipe Almeida, Ana Seixas,

Paulo Gama e Paulo Peixoto

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Série *Investigação*

Coimbra 2015

Título: *Empreendedorismo: do conceito à aplicação, da ideia ao negócio, da tecnologia ao valor - 3ª edição*

Autor: Pedro Manuel Saraiva

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coleção *Empreendedorismo e Gestão*

Coimbra 2015



Biblioteca da Fundação Antoni Tàpies, Barcelona, 2012.

Se em 1964 era *apenas* título de um livro publicado por Umberto Eco, desde então tornou-se uma expressão de uso corrente, uma espécie de oposição quase proverbial. Originalmente, o escritor propunha a divisão das reações perante a cultura de massas e as indústrias culturais nas duas categorias referidas: de um lado, os primeiros, que consideravam que a massificação da produção e consumo constituíam a perda da essência da criação artística; do outro, os que acreditavam estar-se perante enormes avanços civilizacionais, de uma efetiva e criadora democratização da cultura.

Hoje, mais do que título, mais do que expressão, é também o legado de um pensador cuja palavra não se extingue com(o) a vida. Hoje, mais do que nunca, é eco de uma homenagem – e de um agradecimento – que se quer sem fim.

O livro. No princípio, era o conhecimento. E hoje? Deve o livro ser insubmisso a uma crescente cultura de massas, sob pena de se desvirtuar, ou deve a palavra chegar a mais olhos, à boleia de uma produção em larga escala? No cada vez mais veloz percurso que liga ideia a publicação, terão ainda lugar as pequenas editoras, onde a literatura está ao serviço do nicho e da descoberta? Dos dois lados, a mesma questão: será apocalíptico pensar no livro como objeto perene?

69

RL #45 | AO LARGO
APOCALÍPTICOS
E INTEGRADOS

a edição e o livro

ELSA LIGEIRO *



Em setembro de 1991, em Coimbra, existiam duas grandes editoras: a Livraria Almedina e a Coimbra Editora. Esta distribuía, em acordo com o autor, os livros de Miguel Torga. E foi junto à montra da Coimbra Editora, na Rua Ferreira Borges, o meu primeiro encontro com o doutor Adolfo Rocha.

Decidida como estava, nesse ano de 1991, em tornar editora de poesia, a distribuidora do poeta Miguel Torga transformou-se na primeira candidata, mas de imediato percebi que tudo era uma feliz circunstância, pois o resto das edições eram de duro e prático Direito.

Na Casa do Castelo, na Rua da Sofia, encontrei no dia seguinte os primeiros livros da Fora do Texto, cooperativa herdeira da Centelha, editora que marcou a edição de poesia em Portugal.

A Centelha publicou nomes maiores da poesia portuguesa como Joaquim Manuel Magalhães, José Agostinho Baptista e Jorge Sousa Braga, para nomear só três ainda vivos e que se recomendam. Esta editora cooperativa de Coimbra teve, além do apego à poesia, uma outra vertente política de grande impacto social e universitário que fica para tratamento de historiadores.

Na Fora do Texto encontrei uma editora subterrânea que utilizava como espaço de residência uma cave, onde Soveral Martins, António Arnaut e Orlando de Carvalho, ofereciam trabalho comunitário à literatura e a Coimbra. E onde eu folheeí pela primeira vez as míticas antologias de Jorge de Sena: *21 Séculos de Poesia*; e *Poesia do Século XX*; alguns livros de António Ramos Rosa, uma Antologia de Giannis Ritsos, e um livro da hoje consagrada Ana Luísa Amaral, que editou na Fora do Texto.

De imediato fiquei voluntária da cooperativa editora e com ela, no ano seguinte, participei na Feira do Livro de Coimbra, na Praça da República, acolhendo também a editora Antígona, do Luís Oliveira, que, felizmente, ainda sobrevive.

O meu trabalho a tempo inteiro na Fora do Texto foi uma aprendizagem que me marcou para sempre, mas porque já então tinha ideias muito próprias sobre a edição de poesia (que se mantêm), decidi sair para a Livraria Quarteto que não só me permitia a sobrevivência económica, como também juntar alguns escudos,

com que criei a A Mar Editora, em 1993, com o propósito de editar livros de poesia.

A Mar Arte Editora deu corpo à primeira Clepsidra, de Camilo Pessanha, com introdução do poeta Eugénio de Andrade, em 1994.

Editou ainda Jorge Melícias, Cidália Fachada, José Guardado Moreira, Diogo Cabrita (este com a colaboração do músico Paulo Furtado) e os dois primeiros livros de um jovem autor de Vila de Conde, que assinava com o pseudónimo de valter hugo mãe.

Uma editora dedicada à poesia e a novos autores é uma utopia com o fim sempre no horizonte. O da A Mar Arte Editora aconteceu em 1998, com uma estrondosa falência, não sem antes ter editado um livro de filosofia: *O Outro Cabo*, de Jacques Derrida, em parceria com a Reitoria da Universidade de Coimbra e uma edição comemorativa dos 90 anos de *Manucure*, de Mário de Sá-Carneiro, com fotografias de Paulo Abrantes, de um memorável espetáculo de João Grosso, no Teatro Paulo Quintela.

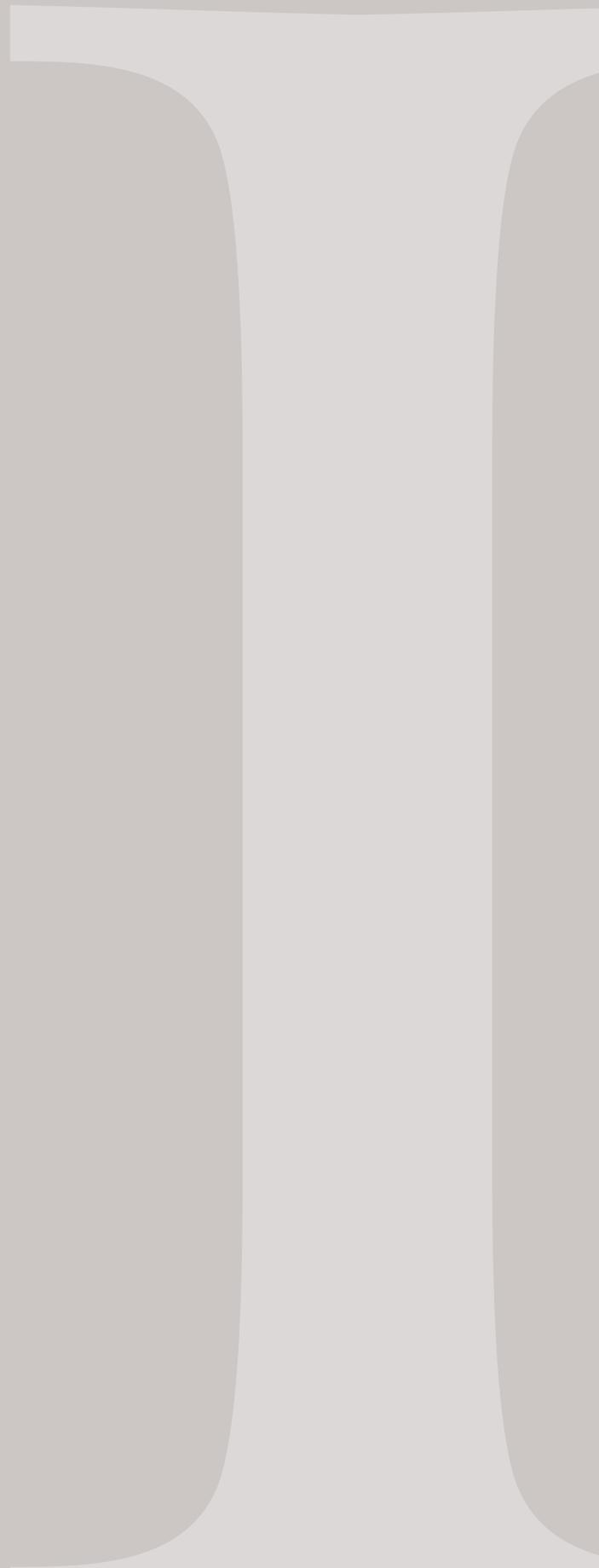
Os livros, o cheiro da tinta, o som das máquinas de impressão, as capas, as livrarias, os autores, os leitores, são um mundo tão extraordinário que representam uma das maiores invenções da natureza humana (como assinalou, com inteligência, Umberto Eco).

Dar testemunho dessa invenção é o trabalho da Alma Azul, produtora de livros e de outras artes, que desde 1999 percorre bibliotecas e escolas, visita livrarias, organiza leituras, residências de escrita; festeja com alegria o aparecimento de novos autores, recorda permanentemente outros, para manter viva essa invenção literária que nos permite conhecer autores extraordinários como Camões, Machado de Assis, Eça de Queirós, Camilo Pessanha, Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Agustina Bessa-Luís, Eugénio de Andrade, Mário Cesariny, Sophia, Luiza Neto Jorge, Herberto Helder, Alexandre O'Neill, Ruben A., só para nomear aqueles a quem a Alma Azul dedica mais iniciativas. E que permite à jovem candidata a editora, no longínquo ano de 1991, a ocupação plena dos seus dias.

* Responsável pela editora e produtora de eventos culturais Alma Azul

ensaios da fundação

ANTÓNIO ARAÚJO *



Correndo o risco de descortesia para com a ilustríssima anfitriã que tão generosamente acolhe estas linhas, talvez se deva começar por dizer que é algo redutora a oposição entre “apocalípticos” e “integrados” forjada por Umberto Eco no seu conhecido livro de 1964. Em certo sentido, aquele dualismo, usado por Eco para descrever os fenómenos da comunicação de massas, acabou por se tornar ele próprio num *cliché* ou lugar-comum da indústria da cultura, fazendo parte da realidade que, ao cabo e ao resto, visava caracterizar.

O mesmo sucedera já, aliás, com a contraposição entre dionisíaco vs. apolíneo que Nietzsche traçou em *A Origem da Tragédia*, ou a tantas outras polaridades que servem de ferramenta para alcançar o fugidio e o intangível de que a nossa contemporaneidade é feita. *Kultur* vs. *Bildung* ou Némesis vs. Hubris (para não falar da distinção entre o ouriço e a raposa celebrizada por Isaiah Berlin), a hegemonia do pensamento binário emerge em muitos lugares, fazendo parte de uma e de outra das *two cultures* que C. P. Snow apresentou numa famosa conferência proferida em Cambridge em 1959 – e onde, de novo, emerge a tendência para o dualismo como chave hermenêutica do nosso tempo.

Recorde-se que, no prefácio ao seu livro, Umberto Eco advertia, logo nas primeiras linhas, para o facto de ser “profundamente injusto subsumir atitudes humanas – em toda a sua variedade, em todos os seus cambiantes – sob dois conceitos genéricos e polémicos como os de ‘apocalíptico’ e ‘integrado’”. Dizia depois, com desarmante candura, que utilizou aqueles termos porque “dar título a um livro tem as suas exigências”; exigências que, acrescentava, se inscrevem no âmbito da própria cultura de massas...

Desta sorte, se os Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos parecem integrar-se de pleno na cultura de massas dos nossos dias – pela sua produção em larga escala, pelos seus propósitos de vulgarização do conhecimento, até pelo seu preço módico –, eles são também “apocalípticos” ou, pelo menos, procuram configurar-se como tal. Com esta afirmação não se pretende reclamar

um estatuto cómodo ou travesso de marginalidade e iconoclastia, mas tão-só reivindicar um espaço singular na cidade dos homens. Espaço que é concedido pelo declínio progressivo da *cultura do livro* em face da hipertrofia doutros veículos de comunicação; lugar que emerge do crescente domínio da ficção de massas, de consumo fácil, no panorama editorial português e, convém dizê-lo, de todo o mundo dito “civilizado”.

A esta luz, e pese a sua aparência “integrada” e – porque não dizê-lo? – “conformista”, uma coleção de ensaios vocacionada para o grande público tem mais afinidades com a literatura de cordel de outrora do que poderíamos supor. Ambas comungam do mesmo propósito de levar aos outros – a muitos ou a poucos, isso não importa – o que é raro e escasso. Sem passadismos descabidos nem comparações excessivas, esta coleção pretende situar-se na melhor tradição das obras informativas (e, já agora, opinativas) publicadas em larga escala, como a *Cosmos*, dirigida por Bento de Jesus Caraça, ou a francesa *Que sais-je?* A circunstância de esta última se inspirar num dito de Montaigne não representa um acaso. Também a coleção Ensaios da Fundação, como o próprio nome indica, estimula e incentiva um *olhar ensaístico*, subjetivo, pessoalíssimo. Em certos títulos, esse propósito foi plenamente atingido. Noutros, pela natureza do tema, a componente informativa e didática sobrepôs-se à dimensão opinativa ou ensaística. Em qualquer dos casos, porém, a regra é sempre a mesma, uma só: aos autores é concedida inteira liberdade de escrita, tendo a coleção um objetivo preciso – fornecer a uma vasta comunidade de leitores, tão vasta quanto possível, visões distintas e plurais sobre assuntos de interesse relevante para a compreensão de Portugal e do mundo. Se esse objetivo foi alcançado, é algo que só o decurso do tempo o poderá dizer. Fica o esforço, dos autores e da Fundação. O que não é pouco!

* Diretor das Publicações da Fundação Francisco Manuel dos Santos



O LIVRO
18A
SEMANA
CULTURAL
UNIVERSIDADE
COIMBRA

RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
NÚMERO 45
MARÇO 2016

A Rua Larga está aberta ao trânsito das ideias que circulam na Universidade de Coimbra (UC), desde junho de 2003.

O nome foi tomado de empréstimo à via que atualmente assegura a ligação do Largo D. Dinis à emblemática Porta Férrea. Rua que, antes da construção da cidade universitária como hoje a conhecemos, era já uma das mais importantes da Alta. Hoje, a Rua Larga é uma ponte entre passado e futuro, feita de pedra e ar, desenhada por Gonçalo Byrne.

A Rua Larga, revista, é esse espaço ao mesmo tempo simbólico e efetivo por onde passa o que se vai passando na Universidade.

Assine a Rua Larga e permaneça em contacto com a UC.

ASSINATURA ANUAL DA REVISTA RUA LARGA (3 números)*: 15€
Avulso (cada número): 7€ • Números Anteriores: 9€

Assinaturas em www.uc.pt/rualarga

Mais informação rualarga@uc.pt

Consultar números antigos www.uc.pt/rualarga

Os preços incluem IVA e portes de correio nacionais.

* A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano,

passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.